



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

EMILY GONÇALVES DE MEDEIROS

**A ABORDAGEM DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM DUAS EDIÇÕES DA
MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA, DE E. BECHARA (1961 E 1999):
relações de (des)continuidade com a tradição gramatical do século XX**

João Pessoa
2018

EMILY GONÇALVES DE MEDEIROS

**A ABORDAGEM DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM DUAS EDIÇÕES DA
MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA, DE E. BECHARA (1961 E 1999):
relações de (des)continuidade com a tradição gramatical do século XX**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como parte dos requisitos para obtenção da Licenciatura plena em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira

João Pessoa

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M488a Medeiros, Emily Goncalves de.

A abordagem da colocação pronominal em duas edições da Moderna Gramática Portuguesa, de E. Bechara (1961 e 1999): relações de (des)continuidade com a tradição gramatical do século XX / Emily Goncalves de Medeiros. – João Pessoa, 2018.
74 f. : il.

Orientação: Francisco Eduardo Vieira.
Monografia (Graduação) – UFPB/CCHLA.

1. Historiografia da Linguística. 2. Gramatização brasileira. 3. Gramática Tradicional. 4. Colocação pronominal. I. Vieira, Francisco Eduardo. II. Título.

UFPB/CCHLA

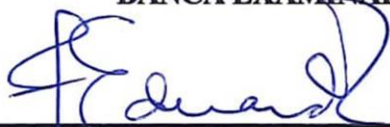
EMILY GONÇALVES DE MEDEIROS

**A ABORDAGEM DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM DUAS EDIÇÕES DA
MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA, DE E. BECHARA (1961 E 1999):**

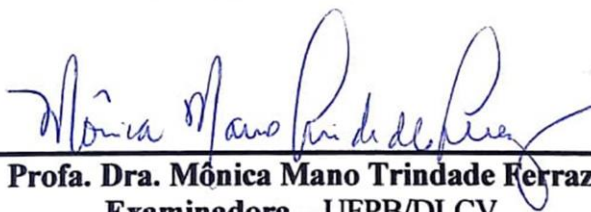
relações de (des)continuidade com a tradição gramatical do século XX

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do
Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como parte dos
requisitos para obtenção da Licenciatura plena em Letras – Língua
Portuguesa.

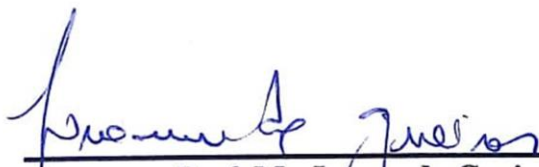
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira
Orientador – UFPB/DLCV



Profa. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz
Examinadora – UFPB/DLCV



Prof. Ms. Leonardo Gueiros da Silva
Examinador – IF Sertão-PE

João Pessoa

2018

Ao Verbo,
sem o qual nada teria sido feito.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em quem e por quem vivo. Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas!

Aos meus pais, *Sueli Maria* e *Antônio Moraes*, por todos os livros e ensinamentos que me foram concedidos ao longo da vida, e aos meus irmãos *Diego Medeiros* e *Suênia Medeiros Diniz*, assim como *Ercules Diniz*, *Kátia* e *Jonathan de Deus*, que também são meus. Agradeço por todo o amor, compreensão e incentivo, e pelas orações.

A *Jesaiás Júnior*, meu querido, pelo mútuo crescimento, ânimo e amor, por cada cafezinho, pela leveza trazida aos dias (bons ou maus). E por acreditar em mim todas as vezes em que eu mesma não consigo.

Aos amigos da Cru UFPB, especialmente a *Jesaiás Júnior*, *Lucas Martins*, *Camila Quésia*, *Larissa Macêdo* e *Bruno Ribeiro*, por todo o convívio, pelo amor fraternal, e por todas as profundas e enriquecedoras conversas acerca da vida, do universo e de tudo o mais.

À melhor turma que alguém poderia ter, pelo companheirismo e pela espontaneidade dos dias, especialmente a *Denice Rodrigues*, *Flávia Ramalho*, *Emília Querino*, *Naíla Cordeiro* e *Yanara Marinho*, por todas as noites não dormidas e pelo bom humor em meio aos trabalhos impossíveis. Sobretudo a *Denice* e *Flávia*, pela profunda amizade construída, ao longo desses anos e para além deles.

A *Iago Freitas* e *Patrícia Menezes*, pela camaradagem, pelas sugestões de títulos e pelas boas risadas.

A todos os professores com quem tive a oportunidade de aprender ao longo desta caminhada. Especialmente, a *Socorro Pacífico*, *Cirineu Cecote Stein*, *Mônica Trindade*, *Amanda Braga*, *Maria Leonor*, *Ana Cláudia Gualberto*, *Arturo Gouveia* e *Beliza Áurea* (em memória), que marcaram significativamente a minha formação acadêmica, profissional e pessoal.

Ao professor *Francisco Eduardo Vieira*, pela orientação paciente e franca ao longo deste estudo e por tudo o que me tem ensinado, além da inspiradora condução pelas trilhas da Historiografia da Linguística. É uma honra ter sido sua aluna e orientanda, e uma honra prosseguir sob sua liderança no grupo de pesquisa HGEL (Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas).

A *Eric Marinho, Thiago Dantas, Reginaldo Ponciano, Natássia Ribeiro e Marciel Luz*, além de nosso estimado líder, pelas espirituosas quintas, e todas as relevantes discussões nas reuniões (e para além) do HGEL.

Aos professores *Leonardo Gueiros e Mônica Trindade*, por de bom grado aceitarem compor a banca examinadora.

E ao professor *Evanildo Bechara*, por seus anos de dedicação e contribuição aos estudos da língua portuguesa e à gramatização brasileira.

RESUMO

Durante séculos, o português lusitano e o português brasileiro foram considerados uma só língua, mediante o contexto sociopolítico que instituiu o Brasil como extensão de Portugal. Porém, o ano de 1822, marco da independência do Brasil, desencadeou uma nova fase na História e na gramatização do país, suscitando discussões sobre a existência de uma língua brasileira e suas particularidades. Este processo viria a se desenvolver, no século seguinte, em meio aos paradigmas da Filologia e da Linguística. De acordo com Gurgel (2008), a colocação pronominal foi um dos principais tópicos sintáticos debatidos no século XIX, e a autora conclui que o período dito científico na abordagem desse fenômeno sintático tem, na verdade, um caráter diversificado, de natureza tanto “filosófica” quanto “científica”, considerando, ainda, questões pedagógicas. Isso nos conduziu a uma indagação acerca do tratamento deste mesmo tópico após os deslocamentos paradigmáticos decorridos no século XX. Evanildo Bechara se destaca como um dos autores mais significativos à gramatização brasileira do século XX, sendo a *Moderna Gramática Portuguesa* (MGP) uma das obras de maior prestígio. A presente investigação teve como objetivo principal, portanto, compreender a abordagem do fenômeno sintático “colocação pronominal” em duas edições da MGP, de E. Bechara (1961 e 1999), e suas motivações e implicações no processo brasileiro de gramatização do português na segunda metade do século XX. Como resultados gerais, destacamos que a obra de Bechara atravessa a segunda metade do século XX estabelecendo relações de continuidade e descontinuidade com a tradição gramatical filológico-normativa. Este estudo ancora-se no campo teórico-metodológico da Historiografia da Linguística, sobretudo a partir das proposições e considerações de Murray (1994), Koerner (1989; 1996), Swiggers (2010; 2013), Altman (2012) e Batista (2013). Consideramos, portanto, aspectos internos e externos ao recorte estabelecido, direcionando-nos a uma perspectiva crítica de análise da História e dos estudos de língua e linguagem no Brasil.

Palavras-chave: Historiografia da Linguística. Gramatização brasileira. Gramática Tradicional. Colocação pronominal.

ABSTRACT

For centuries, Lusitanian Portuguese and Brazilian Portuguese were considered as one language, through the sociopolitical context that established Brazil as an extension of Portugal. However, the year 1822, mark of Brazil's independence, triggered a new phase in the history and grammatization of the country, provoking discussions about the existence of a Brazilian language and its peculiarities. This process would develop in the next century, amid the paradigms of Philology and Linguistics. According to Gurgel (2008), the use of pronouns was one of the main syntactic topics debated in the nineteenth century, and the author concludes that the scientific period in which this syntactic phenomenon is approached has in fact a diversified character, both "philosophical" and "scientific", considering pedagogical questions. This led us to a question about the treatment of this same topic after the paradigm shifts that occurred in the twentieth century. Evanildo Bechara stands out as one of the most significant authors to Brazilian grammar of the twentieth century, and his *Moderna Gramática Portuguesa* (MGP) is one of the most prestigious works. The present research had as main objective to understand the approach of the use of pronouns in two editions of the MGP, by E. Bechara (1961 and 1999), and its motivations and implications in the Brazilian process of Portuguese grammar in the second half of the twentieth century. As a general result, we highlight that Bechara's work goes through the second half of the 20th century establishing relations of continuity and discontinuity with the philological-normative grammatical tradition. This study is anchored in the theoretical-methodological field of Historiography of Linguistics, especially from the propositions and considerations of Murray (1994), Koerner (1989; 1996), Swiggers (2010; 2013), Altman (2012) and Batista (2013). Therefore, we consider internal and external aspects of the established cut, directing us to a critical perspective of the analysis of History and the study of language and language in Brazil.

Key words: Historiography of Linguistic. Brazilian grammar. Traditional Grammar. Use of pronouns.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo <i>o</i> : regras específicas.....	59
Quadro 2 – Critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo <i>o</i> : exceções.....	63
Quadro 3 - Colocação dos pronomes pessoais átonos em relação a uma locução com verbos no <i>infinitivo</i> ou no <i>gerúndio</i>	64

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GT	Gramática Tradicional
HL	Historiografia da Linguística
MGP	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i> , de Evanildo Bechara
MGP-61	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i> , de Evanildo Bechara (1961)
MGP-99	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i> , de Evanildo Bechara (1999)
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira
PTG	Paradigma Tradicional de Gramatização

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA.....	18
2.1. Modelos de interpretação da História.....	20
2.2. Princípios e parâmetros do exercício historiográfico	24
2.3. O plano de estudo: diretrizes metodológicas para a investigação	27
3. SITUANDO A GRAMATIZAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO	29
3.1. A gramatização e o século XX: português ou brasileiro?	32
3.2. O período filológico dos estudos linguísticos no Brasil.....	38
3.3. A Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959)	41
3.4. A virada linguística	44
3.5. Nas trilhas do autor: Evanildo Bechara.....	47
4. A MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA (1961 E 1999)	50
4.1. Aspectos gerais da edição de 1961	50
4.2. Aspectos gerais da edição de 1999.....	52
4.3. A colocação pronominal em foco: (des)continuidades?.....	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	71

1. INTRODUÇÃO

A reflexão acerca dos fenômenos linguísticos é uma prática antiga no mundo ocidental. Os filósofos do século V já se empenhavam em compreender o que caracteriza e como se dão a linguagem e as línguas, voltando-se especificamente ao latim e ao grego. Esta prática transcende a Antiguidade greco-latina e estende-se até o presente século, nas mais diversas línguas, em diferentes países e regiões.

Dentre as abordagens no tratamento das línguas, pode-se dizer que a organização de instrumentos gramaticais adquiriu certo *status* e predominância, e a utilização destes instrumentos por parte da população em geral tomou novas proporções especialmente após o surgimento da imprensa, no século XV. A gramática passou a ser considerada como gênero e suporte específico de referência na compreensão e caracterização das línguas.

Quando ouve falar em gramática tradicional, o primeiro significado evocado ao sujeito do ocidente muito provavelmente corresponde a um livro ou gênero textual normativo tradicionalmente reconhecido, responsável pela apresentação da estrutura de determinada língua. Livro este arranjado em um sistema específico, e regido por uma série de categorias e normas também específicas voltadas ao bem falar e bem escrever. Mas não é este o sentido que atribuímos a tal termo ao longo deste trabalho.

Consoante Borges Neto (2012, p. 88), *gramática tradicional* (GT) aqui será referida enquanto “teoria das línguas humanas surgida na Antiguidade clássica e que se mantém essencialmente igual até os nossos dias”, a qual fundamenta o pensamento sobre as línguas em todo o mundo ocidental. Não se trata da gramática ou conjunto de gramáticas enquanto instrumentos textuais em específico, portanto, e sim de uma teoria, com pressupostos, técnicas e aparato terminológico e metodológico próprios.

Aliamos a este conceito o de *gramatização*, proposto por Aurox (1992, p. 65), cuja definição corresponde ao “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. A gramatização configura-se, para esse autor, no esteio da produção de instrumentos gramaticais, isto é, gramáticas, que partem de uma única tradição linguística (a saber, o modelo gramatical greco-latino), enquadrando-se no que considera como a segunda revolução técnico-linguística depois da escrita, marcada entre os séculos V e XIX.

Em suma, tomamos os seguintes conceitos, a partir destes dois autores: *gramática tradicional*, enquanto uma teoria das línguas; *gramatização*, que diz respeito ao processo de instrumentalização das línguas; e *instrumento de gramatização*, correspondente à gramática estabelecida enquanto gênero textual¹, ao instrumento propriamente dito. Se a GT corresponde a uma teoria em específico, a gramatização, por sua vez, refere-se ao processo de produção dos instrumentos voltados à análise das línguas. Ou seja, as propostas apresentadas em livros e instrumentos gramaticais, que seguem modelos previamente estabelecidos, são pautadas em pressupostos específicos da gramática tradicional, passando pelo processo de gramatização.

As gramáticas brasileiras normativas do português configuram-se em um conjunto de princípios e regras fruto da gramática tradicional. Seguindo essa tradição, fazem ecoar basicamente os mesmos pressupostos, técnicas, ideologias e idealizações, além da suposta superioridade do padrão linguístico dos literatos do passado.

A partir de reflexões acerca de tal manutenção, Vieira (2015; 2016; 2018) nos leva a compreender a existência do que chama *paradigma tradicional de gramatização* (PTG). A noção de PTG parte da concepção defendida por Thomas Kuhn (1962, p. 12-13) acerca de *paradigmas*, “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Além disso, retoma a ideia de gramatização proposta por Aurox, porém, torna-se mais ampla, na medida em que alcança as reflexões gramaticais anteriores e posteriores ao período histórico postulado – como, por exemplo, as gramáticas brasileiras tradicionais do português ainda em edição e circulação no Brasil. Segundo o autor,

Pode-se dizer que o PTG se constituiu a partir de uma ramificação dos estudos linguísticos oriundos da filosofia grega clássica e se tornou o mentor teórico-metodológico e socioideológico do que tradicionalmente vem se entendendo por gramática desde os gramáticos alexandrinos da Antiguidade aos gramáticos normativos brasileiros de hoje (VIEIRA, 2016, p. 21).

Do estabelecimento desse mesmo paradigma através dos tempos, ultrapassando gerações e sendo transmitido por elas, é que talvez decorra a concepção de gramática em um todo que abarca a teoria tradicional, a gramatização e seus instrumentos. A língua instrumentalizada e idealizada se torna, no imaginário de ainda muitos, “a verdadeira

¹ “Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (MARCUSCHI, 2002, p. 23) [grifos do autor].

língua”, e à língua real, em suas variedades, recai a condição de erro. Os instrumentos de gramatização, nessa perspectiva, são considerados pelas pessoas em geral como o estatuto máximo e prescritivo da língua, e as categorias elencadas pela GT, seu *a priori*. Em outras palavras, a compreensão e a normatização da língua têm as categorias advindas dessa teoria como pressupostos que regem e definem o seu funcionamento, como se fossem uma verdade já estabelecida, sem que sejam questionadas sua relevância ou aplicabilidade.

Por séculos, o português lusitano e o português brasileiro foram considerados uma só língua, tendo em vista o contexto sociopolítico que instituía o Brasil como extensão de Portugal. A gramatização da língua portuguesa data do século XVI e, até o século XIX, os instrumentos gramaticais que aqui circulavam provinham da matriz lusitana. Mas o final deste século marcou o início de uma nova fase na história brasileira.

Dentre as transformações decorridas em tal período, houve o deslocamento teórico da gramatização filosófica ao cientificismo, que concebeu a gramática enquanto ciência, e não mais como técnica (do grego, *tékhne*) ou arte (do latim, *ars*). A partir do método histórico-comparativo, a Filologia veio a emergir e predominar nos estudos de língua e linguagem da primeira metade do século XX, influenciando e sendo influenciada pelo fazer gramatical, agora dito científico. De acordo com Vieira (2016, p. 29), nesse contexto foram evidenciadas as diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal, e o primeiro passou a produzir e utilizar instrumentos linguísticos de gramatização próprios, ainda que pautados no arcabouço clássico da GT e conformes aos padrões portugueses.

Apesar da visibilidade concedida à distinção entre a língua do Brasil e a de Portugal, a base teórica e as prescrições da gramatização brasileira pouco sofreram modificações. A GT continua a pautar a constituição das gramáticas, e a tradição gramatical dita brasileira, na verdade, configura-se enquanto luso-brasileira, uma vez que, de acordo com Vieira (2016, p. 30), o português brasileiro “não é o núcleo das obras, mas um apêndice ou um elemento contrastivo com a norma lusitana, mais valorizada”.

Em meio a essa conjuntura, foi publicada pelo Ministério da Educação do Estado brasileiro a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (doravante NGB), em 1959². Esse documento sugere aos gramáticos brasileiros a constituição da análise gramatical a partir de um aparato terminológico específico, não fundamentado em teorias e discussões então em vigor, mas oriundo, direta ou indiretamente, do arcabouço terminológico da gramática

² Portaria Nº 36, de 28 de janeiro de 1959.

tradicional, fundamentado, em sua origem, na língua grega³. Vieira (2016, p. 30) aponta que os autores mais representativos da gramatização brasileira até os dias de hoje pautaram o seu trabalho nessa tradição e, assim, “as gramáticas do português produzidas no Brasil também estariam sob as bases do PTG”.

Ainda no século XX, a partir da década de 60, a adoção à doutrina da gramática tradicional e seu ensino passou a ser alvo de críticas e instaurou-se um clima de opinião que tinha a atual abordagem e o ensino-aprendizagem da língua portuguesa do Brasil como alvo de discussões e produções acadêmicas. Nessa época, instituiu-se nos cursos de Letras a Linguística enquanto disciplina, fato posteriormente acompanhado pela criação de cursos de Pós-graduação em Linguística. Estes e outros fatores deram início ao que a literatura denomina *virada linguística*⁴, que compreende a mudança paradigmática nos estudos da linguagem e no ensino de língua, que passou a refletir sobre a língua e a linguagem em diálogo com outras áreas do conhecimento, considerando, portanto, fatores de natureza para além da metalinguagem na abordagem gramatical.

Dentre os gramáticos do século XX, Evanildo Bechara se destaca como um dos autores tradicionais mais significativos à gramatização brasileira, sendo a *Moderna Gramática Portuguesa* (doravante MGP) uma das mais reconhecidas e utilizadas até a contemporaneidade. Sua primeira edição, publicada em 1961, veio como uma das primeiras obras gramaticais posteriores à NGB, e a edição mais recente da obra, *revista e ampliada pelo autor*, de 1999⁵, emerge após a virada linguística.

A MGP é a única obra da tradição gramatical brasileira do século XX cujo autor permanece em atuação. Tendo em vista, portanto, que as edições 1ª (1961) e 37ª (1999) foram ambas editadas por seu autor, advindas de contextos de produção gramatical diferentes, surge o seguinte questionamento: *Em que medida os climas de opinião*⁶ *que envolvem as duas edições, distantes entre si por quase quatro décadas, influenciaram a*

³ Cf. Moura Neves (2011).

⁴ Também chamada *virada pragmática*. Entretanto, consoante Vieira (2015, p. 20), adotamos neste estudo a denominação *virada linguística*, por compreendermos que “‘virada pragmática’ remete direta e excessivamente à Pragmática, apenas umas das disciplinas da virada na Linguística”.

⁵ Embora esta, que corresponde à 37ª ed. da obra, tenha mudado de editora e sido reimpressa por diversas vezes, ainda é considerada sua última versão (MULINACCI, 2016, p. 113). A 38ª ed., lançada em 2015, adequa o conteúdo desta ao Novo Acordo Ortográfico, implementado por decreto presidencial de 2009 (COSTA, 2017, p. 154).

⁶ O conceito de *clima de opinião* aqui utilizado deriva das concepções adotadas em Koerner (1989), e remete à atmosfera intelectual historicamente situada, em que as ideias linguísticas são geradas, circuladas, propagadas ou esquecidas. Estas e outras considerações serão melhor explicitadas no Capítulo 2.

gramatização de Evanildo Bechara e, conseqüentemente, da segunda metade do século XX?

Para prosseguir à resposta a esta interrogação, um recorte se fez necessário. Na investigação executada por Gurgel (2008), a problemática da colocação pronominal foi apontada como alvo do debate ocorrido no século XIX acerca da existência de uma língua do Brasil, e a autora concluiu que o período dito científico na abordagem desse fenômeno sintático tem, na verdade, um caráter diversificado, de natureza tanto “filosófica” quanto “científica”, considerando, ainda, questões pedagógicas. Estes apontamentos despertaram-nos o interesse por compreender o tratamento concedido a este mesmo fenômeno após o desencadeamento dos deslocamentos paradigmáticos no século seguinte.

Assim, uma vez elencado o problema da colocação pronominal na MGP como recorte de análise, as seguintes indagações foram suscitadas:

- a. Considerando os contextos sócio-históricos e as atmosferas intelectuais que pautaram, por um lado, a Filologia e, por outro, a virada linguística brasileiras, como se dá o tratamento do fenômeno sintático *colocação pronominal* nas edições de 1961 e 1999 da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara?
- b. Que relações são estabelecidas entre o português lusitano/clássico e o português brasileiro, considerando especialmente os aspectos morfossintáticos da colocação pronominal?
- c. Como a questão normativa atravessa a categorização e a abordagem desse fenômeno sintático?
- d. Em que medida as concepções, prescrições e/ou descrições propostas por Bechara, em 1961 e 1999, acerca da colocação pronominal, estabelecem continuidades e descontinuidades em relação ao paradigma tradicional de gramatização?

O objetivo principal deste trabalho, portanto, consiste em *compreender a abordagem do fenômeno sintático “colocação pronominal” em duas edições da Moderna Gramática Portuguesa, de E. Bechara (1961 e 1999), e suas motivações e implicações no processo brasileiro de gramatização do português na segunda metade do século XX.*

Para tanto, elencamos como objetivos específicos:

- a. Investigar o clima de opinião em que se pautou o processo de gramatização brasileiro do século XX, à luz da tradição gramatical luso-brasileira, da Nomenclatura Gramatical Brasileira e da atmosfera intelectual que compreende a Filologia (e Dialectologia) e a Linguística, e suas respectivas influências sobre a obra de Evanildo Bechara;

- b. Analisar as (possíveis) correlações apontadas, nas obras, entre o português brasileiro e o lusitano/clássico no tratamento à colocação pronominal;
- c. Interpretar, a partir da observação das explicações, das fontes, dos pressupostos, dos exemplos e das (possíveis) modalizações, a natureza normativa na qual o fenômeno sintático em questão é pautado;
- d. Analisar quais os aspectos teóricos que envolvem especificamente a Linguística, observando, em particular, a abordagem da colocação pronominal;
- e. Discutir as motivações e implicações de cada uma das obras analisadas no processo brasileiro de gramatização do português, especialmente na segunda metade do século XX, observando os movimentos de continuidade e descontinuidade em relação ao paradigma tradicional de gramatização.

A escolha do *corpus* se deu por algumas razões, ligeiramente apontadas em um momento anterior. Em primeiro lugar, a MGP é comumente significada como “[...] um livro referencial nos estudos linguísticos luso-brasileiros, que integra a bibliografia oficial de todos os cursos de letras das universidades brasileiras” (HENRIQUES, 1998 *apud* COSTA, 2017). A relevância da obra reverbera até os dias de hoje, tendo em vista que permanece sendo editada, publicada e utilizada pela população em geral e pelos estudantes e profissionais da área de língua portuguesa.

Relacionado a isto temos, em segundo lugar, o fato de Evanildo Bechara ser o único gramático brasileiro do século XX que permanece em atuação, tendo a oportunidade de revisar, atualizar e ampliar – conforme apresenta no prefácio à 37ª edição – sua obra gramatical, considerando os contextos e discussões advindos da virada linguística. Nesse sentido, obra e autor possuem prestígio na história da gramaticografia brasileira.

Por fim, a terceira razão se dá pelo fato de as edições selecionadas haverem sido lançadas em meio a marcos significativos na trajetória da gramatização brasileira. A primeira edição foi publicada cerca de dois anos após a NGB, produzida em meio ao paradigma filológico-normativo, e a 37ª “veio a lume num momento em que a ciência linguística e a NGB já se encontravam instituídas e naturalizadas no país” e, portanto, os lugares dos gramáticos e linguistas (COSTA, 2017, p. 155).

Além desta *Introdução* (Capítulo 1), em que apresentamos um breve panorama acerca das reflexões que motivaram a constituição desta pesquisa, o presente trabalho é constituído por três capítulos e pelas Considerações Finais.

No Capítulo 2, *O campo teórico-metodológico da Historiografia da Linguística*, apresentamos a Historiografia da Linguística (HL), abordagem teórico-metodológica em que o desenvolvimento da análise encontra-se ancorado, especialmente a partir das proposições e considerações de Murray (1994), Koerner (1989; 1996), Swiggers (2010; 2013), Altman (2012) e Batista (2013).

No Capítulo 3, *Situando a gramatização no cenário brasileiro*, fazemos o levantamento do clima de opinião relacionado ao tema desta pesquisa, de fatores que ultrapassam questões internas à natureza da língua e dos instrumentos linguísticos. Assim, os parâmetros externos de análise, referentes ao período filológico brasileiro, à publicação da NGB, à virada linguística, enfim, às discussões acerca do clima de opinião e da gramatização no século XX, bem como à formação e produção de Evanildo Bechara, são abordados neste momento.

No Capítulo 4, *A Moderna Gramática Portuguesa (1961 e 1999)*, desenvolvemos a análise do recorte selecionado, a partir das considerações teórico-metodológicas e relativas aos parâmetros externos elencadas nos capítulos anteriores e dos aspectos internos a cada instrumento.

Por fim, nas *Considerações Finais* (Capítulo 5), apontamos as principais conclusões e reflexões obtidas, em direção à satisfação das perguntas e dos objetivos inicialmente especificados.

2. O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

Olhar para a História, considerando os processos históricos do passado, do presente e do futuro, nos situa no campo das ideias e discussões sobre as ciências e nos permite discernir onde nos inserimos, diante destas, na busca pelo conhecimento e pela verdade (BATISTA, 2013). Esta é uma perspectiva que tem se desenvolvido desde meados do século XIX.

De acordo com Altman (2012), muitos dos pesquisadores dos séculos XIX e XX (inclusive no Brasil) passaram a retomar questões históricas de suas respectivas áreas, introduzindo os leitores à conjuntura na qual se integravam suas discussões. Essa prática se desenvolvia no intuito de promover teorias, ou propagar o que concebiam enquanto unidade essencial da disciplina – e na Linguística, não foi diferente. Segundo a autora,

[...] a reflexão retrospectiva sobre questões de linguagem tornou-se uma prática cada vez mais constante em certos círculos acadêmicos ligados à filologia germânica, românica ou eslava, e, muito recentemente, também à disciplina linguística stricto sensu. (ALTMAN, 2012, p. 15).

Se, por um lado, a prática de apresentar o percurso histórico dos conteúdos abordados se tornava cada vez mais frequente, por outro, o interesse pelo aprofundamento em tais questões era secundário, sendo o propósito primeiro de sua publicação legitimar determinadas discussões, desempenhando o papel ora de introdução aos manuais de linguística, ora de capítulo inicial a teses acadêmicas. Esses estudos históricos voltavam-se, então, à elaboração de crônicas, nas quais eram elencados autores, obras e datas em ordem cronológica, reconstruindo-se a História da Linguística a partir da observação progressiva dos estudos da língua no eixo temporal.

A partir da segunda metade do século XIX, trabalhos que revisitavam a História de forma mais abrangente passaram a surgir, mas ainda em caráter de crônica ou testemunha da História da Linguística. Novas perspectivas foram traçadas, ao longo dos tempos, até ser alcançada a concepção defendida na contemporaneidade: o domínio historiográfico parte do registro dos fatos da História, mas se estende à construção de uma narrativa de olhar analítico sobre os processos que a constituem.

Conforme Batista (2013, p. 38), o trabalho historiográfico “coloca-se como um discurso de observação sobre o conjunto de eventos que dão forma à corrente histórica”. Nessa perspectiva, a HL tem se dedicado a analisar os fatos e a constituição dos saberes

linguísticos de maneira reflexiva, buscando narrar acerca das diferentes ideias relativas à linguagem humana e sua materialização nos diferentes sistemas linguísticos.

Uma definição do campo que nos chama a atenção é aquela proposta por Swiggers (2010, p. 2), que o retrata como “o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico”, o qual “engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares [...], de como o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o *know how* linguístico foi obtido e implementado”. Linguística, História, Filosofia e Sociologia da Ciência, portanto, convergem e direcionam a prática historiográfica, que parte de uma fase heurística, através da análise argumentativa e da síntese histórico-comparativa, em direção a uma hermenêutica historicamente fundamentada dos saberes linguísticos.

Nessa perspectiva, a investigação historiográfica “não toma por objeto a língua e seus fenômenos, mas o que foi dito e produzido (em contextos sociais e históricos) a respeito das línguas e seus fenômenos” (BATISTA, 2013, p. 49). Não se trata, ratifiquemos, do estudo dos fatos da língua, mas sim da busca por justificações sobre a constituição das perspectivas e crenças acerca da língua e da linguagem ao longo da História, dando atenção à forma, ao conteúdo e à retórica discursiva de comunidades científicas ou não.

Tem-se, pois, que o objetivo do trabalho em Historiografia da Linguística é “descrever, analisar e interpretar o que foi dito sobre linguagem e línguas ao longo do tempo” (BATISTA, 2013, p. 39). Para tanto, não há ressalvas: interessam textos que apresentem pensamentos, ideias ou explicações, sejam cientificamente reconhecidos, como teorias e estudos acadêmicos, sejam pertencentes à cultura popular, mitos e mitologias, visões religiosas, ou compêndios sistemáticos – como os instrumentos de gramatização.

Há muitos bosques por onde o historiógrafo poderia trilhar suas investigações. Contudo, a Historiografia da Linguística é uma disciplina que não segrega de forma absoluta os esforços em revisitar o passado: sem a preocupação de determinar subáreas ou disciplinas, interessa compreender como os fatos da língua são interpretados e discutidos ao longo da História.

Entretanto, à vista das possibilidades com as quais o historiógrafo da linguística se depara ao cravar seus olhos na História, Swiggers (2013) propõe uma categorização de áreas, considerando a natureza da investigação e do *corpus*, que pode auxiliar na demarcação do trabalho a ser realizado:

1. *Referencial*, voltada às áreas descritivas do núcleo-duro das línguas (gramática, lexicografia, semântica ou pragmática);
2. *Institucional*, em função de/para disciplinas (Sociolinguística, Psicolinguística etc.);
3. *Conceptual*, voltada a questões teóricas de que tratam e respostas que formulam (como a História de problemas teóricos, modelos ou teorias);
4. *Ecolinguístico*, considerando o entrelace entre as concepções dos linguistas e as concepções dos usuários da língua (as atitudes linguísticas em relação à norma, ao “gênio” da língua e às qualidades da língua, por exemplo).

Este trabalho se situa na primeira destas áreas, a referencial, uma vez que o *corpus* selecionado é constituído pelas ideias sobre a morfossintaxe da colocação pronominal na MGP (1961 e 1999), elaborada por Evanildo Bechara.

Sendo o exercício historiográfico caracterizado pela dupla articulação entre História e ideias ou explicações sobre os fenômenos linguísticos, Batista (2013, p. 56-57) explica que a HL propõe o desenvolvimento da análise a partir de dois eixos: o *internalismo*, caracterizado pela “reconstrução dos estudos sobre a linguagem em meio à análise, formulação e reformulação de conceitos teóricos e práticas de tratamento das línguas”; e o *externalismo*, que considera “o aspecto social como parte do processo histórico de formulação e desenvolvimento de uma ciência ou área do saber e de suas práticas discursivas”. Assim, na reconstrução do ideário linguístico e de seu desenvolvimento, o historiógrafo se debruça concomitantemente sobre conteúdos e respectivos contextos, evitando anacronismos.

Nessa perspectiva, a pesquisa em HL é desenvolvida a partir de três princípios (KOERNER, 1996): 1. *contextualização*, que situa textos e autores em um quadro mais amplo; 2. *imanência*, em que se analisa o pensamento tal como se define em seu recorte histórico; 3. *adequação*, onde, a partir da análise conjunta de contexto e conteúdo, são desenvolvidas reflexões acerca da posição, do desenvolvimento e da recepção dos saberes linguísticos. Posteriormente, retomaremos estas questões de forma mais aprofundada.

A seguir, tecemos breves considerações acerca dos modelos de interpretação da História que delineiam a HL.

2.1. Modelos de interpretação da História

Thomas Kuhn (1922-1996), em *A estrutura das revoluções científicas* (originalmente publicado em 1962), organizou sua Filosofia e História da ciência a partir

da idealização da progressão científica de forma revolucionária, intercalando fases e gerando diferentes paradigmas. Segundo o autor, a verdade não é definida pela linearidade cronológica das teorias, como se a sobreposição no eixo temporal aproximasse as novas teorias e ideias do conhecimento, mas as respostas geradas pelos novos paradigmas podem corresponder melhor aos anseios de determinada comunidade. Uma teoria científica, nesse sentido, corresponde a um ponto de vista específico acerca dos fenômenos.

Kuhn (1962) propõe que as mudanças decorridas ao longo da História das ciências se dispõem em uma estrutura de estágios recorrentes. O primeiro desses estágios, a *ciência normal*, refere-se ao paradigma vigente, estabelecido e aceito pela comunidade científica, sobre o qual esta se debruça no estudo e resolução dos problemas em demanda. Quando surge um problema do qual o paradigma atual não dá conta, dá-se início ao segundo estágio, *a crise*. Os cientistas sentem-se impelidos a rever as bases que fundamentavam a ciência normal, reformulando pressupostos e premissas, se necessário – o que abre caminho a novas formas do fazer científico e a novos autores. Os esforços da comunidade científica em crise culminam no que Kuhn chama de *ciência revolucionária*, o terceiro estágio, caracterizado pela ruptura com a tradição, que desencadeia o estabelecimento de um novo paradigma e uma nova ciência normal. Ao terceiro estágio é de fundamental importância a resposta da comunidade científica às ideias apresentadas no processo revolucionário, tendo em vista que a instauração destas no novo paradigma dependerá de seu poder de convencimento em detrimento dos postulados anteriores.

Uma vez que a teoria kuhniana é fundamentada na observação das ciências da natureza e exatas, é de certa complexidade o uso de suas considerações na íntegra, quando pensamos nas ciências sociais. Afinal, as ciências humanas, e destacamos especialmente a Linguística, caracterizam-se pela coocorrência de paradigmas diversos. Entretanto, a HL incorpora em si algumas das concepções de Kuhn, como *mudanças paradigmáticas*, *continuidades*, *rupturas* e *descontinuidades*.

Para Hymes (1983) e Murray (1994)⁷, e conforme também afirmamos acima, a Linguística é desenvolvida em uma sucessão de paradigmas coocorrentes, não havendo teorias realmente revolucionárias. Segundo estes autores, o que acontece é a constituição de uma “retórica revolucionária”, isto é, a instauração de novos paradigmas se dá pela retórica, pelo poder de persuasão das novas ideias e discursos. De fato, Murray propõe, para a ciência linguística, a modificação do que Kuhn chamou de ciência normal e ciência

revolucionária por *retórica de continuidade* e *retórica de ruptura*, respectivamente. Dessa forma, o autor conduz o cerne das discussões à percepção que os cientistas têm de si mesmos e de suas reflexões e saberes. O estudo dos feitos científicos é substituído pela observação centrada na noção de valor que os cientistas têm de suas atividades, bem como seu posicionamento diante da tradição dominante.

Ressaltamos, aqui, a existência de dois valores distintos: um inerente às discussões, e o outro, sociocultural. A aproximação ou distanciamento em relação ao conhecimento verdadeiro não diz respeito ao segundo, mas sim ao primeiro. Uma comunidade científica pode prestigiar concepções que não se baseiam na verdade, mas que correspondem aos anseios e questões socioculturais em vigor; por mais que determinada crença linguística seja considerada verdadeira pela comunidade, não necessariamente o é em si mesma. O exercício historiográfico se desenvolve, nessa perspectiva, rumo à compreensão e reflexão acerca da sobreposição desses dois valores e sua repercussão nas diferentes sociedades e contextos.

Murray (1994) apresenta, ainda, a categoria *grupos de especialidade*, que corresponde, conforme já indica, a grupos científicos academicamente organizados em torno de uma especialidade comum. Esta categoria prenuncia uma análise não de questões internas ao objeto de estudo, mas externas, considerando tópicos relacionados à legitimidade atribuída àquela comunidade intelectual, além das retóricas de ruptura ou continuidade em relação aos processos ideológicos, sócio-históricos e científicos dominantes.

No cerne da formação dos grupos de especialidade encontramos o que Murray (1994) chama *liderança intelectual*. Como afirmam Coelho e Hackerott (2012, p. 396-397), a função dessa liderança “é desempenhada por cientistas da área que assentam os fundamentos conceptuais; explicam as implicações de pesquisa das boas ideias; aprovam as pesquisas efetuadas por outros como bem feitas e relevantes para o quadro de trabalho definido”. Nesse sentido, a partir de uma retórica revolucionária, a liderança intelectual, que não necessariamente corresponde a um único sujeito, é responsável pela persuasão de outros pesquisadores às novas propostas de pesquisa e às ideias vinculadas aos grupos de especialidade em formação, e esses grupos são, então, reconhecidos na sociedade e na comunidade científica. Diante disso, no estudo historiográfico, os autores, os diálogos e

⁷ Sobre Hymes (1983) e Murray (1994), cf. GURGEL (2008, p. 22-23).

redes de influências estabelecidos entre as diferentes teorias e tradições, o *clima de opinião* e a repercussão tornam-se os objetos de estudo.

Diante disso, uma distinção importante que deve ser assimilada pelo historiógrafo é a de *teoria e tradição de pesquisa*. Conforme Laudan (1977, 1984)⁸, a tradição corresponde a um campo mais amplo, que estabelece diretrizes para as teorias – as quais em si estão contidas –, sempre em vista do aperfeiçoamento na resolução dos problemas intelectuais. Nesse sentido, todo um aparato conceitual e teórico constitui a natureza e a heurística das diferentes tradições.

Batista (2013, p. 85) resume a teoria de Laudan, dando destaque aos seguintes pontos: 1. “toda disciplina intelectual, científica ou não, apresenta uma história com diferentes tradições de pesquisa”; 2. “toda tradição apresenta um número específico de teorias que exemplificam e parcialmente a constituem”, sendo umas contemporâneas, outras, sucessoras; 3. “toda tradição de pesquisa tem compromissos metafísicos e metodológicos (teoria e princípios de análise) que distinguem as diferentes tradições”; 4. “toda tradição de pesquisa [...] apresenta variações ao longo de sua história, que é longa e se estende significativamente por um período de tempo, ao contrário das teorias, que podem ter vida curta”.

Para a historiografia, um mesmo problema pode ser tratado em diversas perspectivas ao longo da História, em diferentes climas de opinião. Daí a importância de visitarmos as ideias discutidas na História das ciências tendo em mente determinadas questões definidas por seus contextos de elaboração, circulação e recepção. Interessa a esta pesquisa examinar como o problema da colocação pronominal foi abordado na construção das edições de 1961 e 1999 da MGP, propostas por Bechara, e suas implicações no processo brasileiro de gramatização. Nessa perspectiva, o Capítulo 3 será dedicado à reconstrução do panorama sócio-histórico e intelectual em que as ideias discutidas nos *corpora* selecionados se fundamentam e propagam.

Dando continuidade, discorreremos, a seguir, sobre algumas dimensões, princípios e parâmetros discutidos pelos teóricos da HL, que norteiam a construção de nossa narrativa historiográfica.

⁸ Cf. Batista (2013, p. 84-85).

2.2. Princípios e parâmetros do exercício historiográfico

Como vimos, a HL busca selecionar, interpretar e hierarquizar as ideias e discussões formuladas acerca dos fenômenos da linguagem e das línguas, a partir do olhar sobre a formação intelectual, sócio-histórica, cultural e pessoal dos autores, escolas, disciplinas, em sua materialização cientificizada ou não, e de como os saberes se constituem e se desenvolvem ao longo da História. De acordo com Batista (2013), a narrativa historiográfica parte da observação de três dimensões: 1. uma *dimensão teórica*, que considera percursos argumentativos e práticas metodológicas, independentemente de sua projeção no eixo do tempo; 2. uma *dimensão temporal*, observando as linhas de continuidades e descontinuidades no campo dos estudos da linguagem; 3. uma *dimensão social*, que corresponde ao *Zeitgeist* ou “espírito do tempo”, e ao clima de opinião em que se postularam as diferentes concepções.

Frente a tais dimensões, o historiador pode voltar-se a questões internas, no sentido de observar características intrínsecas aos estudos da linguagem, às ideias e pensamentos, às concepções e propostas; ou a questões externas, de caráter social, voltando-se a fatores circundantes que influenciaram (ou não) a tomada de posições em relação à tradição, às teorias, enfim, ao tratamento da linguagem e sua materialização em sistemas linguísticos.

O trabalho do historiógrafo *idealmente* considera-os, níveis interno e externo, em dupla articulação, evitando, assim, imprimir às discussões seus próprios conceitos, mas buscando compreender a construção dos saberes em seu próprio tempo, em seus reais significados. Se há diálogo com sua contemporaneidade, se há continuidade, descontinuidade, ruptura, progresso ou estagnação em relação ao paradigma vigente, é este um novo recorte histórico-comparativo, cuja análise, de toda forma, é precedida pela interpretação das ideias e fatos dentro de seus respectivos tempos.

“O procedimento ‘modernizante’ de utilizar o arcabouço terminológico da contemporaneidade”, afirma Koerner (1996, p. 59) “tem conduzido a inúmeras e sérias distorções na história da linguística”. Interpretações anacrônicas, considerando as ideias fora de seu escopo temporal e significativo, geram saberes infundados e inadequações, que podem distanciar-se do conhecimento verdadeiro, ao invés de aproximar-se. Surge, então, o seguinte questionamento: como poderá o exercício historiográfico ser realizado de forma significativa aos leitores da contemporaneidade, sem que haja distorções e abusos sobre as ideias em análise?

Para solucionar esta questão, Koerner (1996) indica a adoção de três princípios de análise, relacionados à metalinguagem, mas que a ultrapassam, regendo a investigação da História das Ciências e, especificamente, da Historiografia da Linguística.

O primeiro princípio apresentado pelo autor é o *Princípio de Contextualização*. Este corresponde à reconstituição do *clima de opinião*, ou seja, da atmosfera intelectual e historicamente situada que possibilitou a formulação, o desenvolvimento, a divulgação e a recepção de um pensamento ou uma teoria linguística. O autor pontua, ainda, que as situações socioeconômica e política podem exercer influências na apresentação das propostas linguísticas e, portanto, devem ser consideradas. Este princípio contempla obra e autor em um quadro mais amplo, tendo em vista a concepção de que a produção, reprodução e recepção de ideias não são fatores isolados, mas sim imbrincados em um contexto e processo histórico, político, social e ideológico.

O segundo, *Princípio de Imanência*, orienta a análise de obras, escolas, disciplinas e autores considerando-os em seu devido recorte histórico e intelectual, tal como se define. “O quadro geral da teoria sob investigação, assim como a terminologia usada no texto, devem ser definidos internamente, e não em referência à doutrina linguística moderna” (KOERNER, 1996, p. 60). Este princípio tenciona, portanto, à percepção do objeto em sua própria prática e configuração, compreendendo seus conceitos e terminologias de acordo com os significados gerados em sua temporalidade, evitando a interpretação e a propagação de saberes de forma anacrônica. A partir dessa compreensão, então, é que as reflexões poderão ser desenvolvidas em busca da verdade.

O *Princípio de Adequação*, terceiro e último, corresponde justamente às reflexões geradas pelo narrador acerca da posição, do desenvolvimento e da recepção de saberes linguísticos em contextos históricos traçados e já analisados. E, uma vez formulado o levantamento do aparato terminológico e conceptual, além de devidamente compreendido, pode o historiógrafo realizar aproximações modernas, a fim de proporcionar uma melhor apreciação do leitor contemporâneo. Metodologicamente, corresponde à etapa da construção da narrativa.

Estes princípios evidenciam o caráter hermenêutico da HL, pois contexto e conteúdo estão inevitavelmente ligados, a fim de que a construção retórica das crenças científicas seja interpretada o mais conforme possível à significação de fato atribuída às ideias expostas.

Diante disso, consoante Batista (2013), entendemos que a análise historiográfica é regida por dois parâmetros: o parâmetro externo, que corresponde ao contexto de produção de determinado texto ou obra, e o parâmetro interno, relativo à própria descrição e explicação de fenômenos linguísticos.

Ao examinar o clima de opinião, como vimos, o historiador se depara com questões relativas às concepções que circulavam no contexto de cada geração, as quais moldavam as ideias, o tratamento e o aprendizado que os indivíduos, por pertencerem a tal época, devem ter apreendido. O exame de textos não científicos também se enquadra, portanto, como objeto de estudo do historiógrafo, pois o “burburinho ideológico”, quer científico, quer cultural, explícita ou implicitamente marcado nos textos e discussões que atravessaram o campo das ciências da linguagem, pode ser muito significativo em sua fundamentação e compreensão (KOERNER, 1984 *apud* BATISTA, 2013).

Consoante Altman (2012, p. 22), defendemos que uma historiografia que considera a disciplina apenas em si mesma, como se surgida e desenvolvida em um “nada” intelectual, social e político, é redutora – se é que pode, nessas circunstâncias, ser chamada *historiografia*. Por esta causa, o parâmetro externo é de suma importância ao exercício de revisitar a História dos saberes linguísticos. Do contrário, grande é o risco de questões cruciais serem desconsideradas, que poderiam explicar por que as ideias linguísticas foram desenvolvidas desta e não de outra maneira, como determinadas questões foram assimiladas ou descartadas, e por que determinado trabalho, teoria ou modelo foi bem ou mal repercutido.

Com efeito, é razoável admitir que ideias linguísticas não se desenvolvem no vazio, desvinculadas das outras ideias que as circundam no momento em que entram em evidência, e das práticas que lhes são paralelas. Ignorá-las é aumentar o risco de tomar como norma única e desejável de teorização e de prática de análise linguística nossa concepção contemporânea de conhecimento da linguagem (ALTMAN, 2012, p. 22).

Nessa perspectiva, recorre-se ao *argumento da influência*, conforme apresentado por Koerner (1989 *apud* BATISTA, 2013), que coloca como pontos relevantes para a observação a formação intelectual dos autores, considerando as possíveis influências acadêmicas e ideológicas recebidas no decorrer de sua formação, bem como a presença de relações intertextuais nos materiais em análise.

Frente a isto, Batista (2013) se posiciona de forma a considerar que as crenças intelectuais de um autor, aquilo que o conduz a aceitar ou rejeitar determinadas

concepções, são resultantes de um complexo direcionamento, que coloca o proponente em um eixo permanente de influências advindas não só de seu processo de formação intelectual, mas também pessoal, bem como consequentes do clima de opinião. Ou seja, a dimensão interna, a busca pelo conhecimento acerca das línguas e da linguagem, é perpassada por todo um contexto, que resulta na constituição de saberes que podem ser aceitos ou rejeitados pela comunidade de acordo com os anseios de seu tempo, e que podem se aproximar ou distanciar do verdadeiro conhecimento independentemente da posição geral.

2.3. O plano de estudo: diretrizes metodológicas para a investigação

Uma vez dispostos os apontamentos que alicerçam o trabalho historiográfico, convém indicar os caminhos percorridos nesta investigação. Vale salientar que a natureza da análise é descritivo-interpretativa, tendo em vista que nosso objetivo foi compreender as perspectivas e abordagens propostas por Bechara na MGP (1961 e 1999) e sua contribuição no processo brasileiro de gramatização do século XX.

Em primeiro lugar, fez-se necessário o levantamento de um *portal de documentação* (SWIGGERS, 2013): fontes biográficas e bibliográficas, primárias e auxiliares, que nos forneceria dados para que apreendêssemos os panoramas em que foram elaboradas e repercutidas as obras selecionadas, subsidiando, assim, a compreensão das ideias linguísticas de Bechara aplicadas ao fenômeno sintático (colocação pronominal) em questão.

Com este propósito, o segundo passo consistiu no levantamento das diretrizes que regeriam a investigação dos parâmetros desta análise historiográfica. A partir do que Swiggers (2013) chama *pontos de ancoragem*, buscamos uma literatura auxiliar que nutrisse a análise, abarcando os contextos sócio-histórico e de gramatização do século XX, a atmosfera intelectual regida pela Filologia (e Dialectologia) e aquela advinda com a virada linguística, a instituição da NGB, além da formação e da produção de Evanildo Bechara. Para tanto, foram visitados trabalhos que dissertam sobre dados históricos, autores e fontes de referência no período em questão, observando contínuos e rupturas, além dos fatores de legitimação e valorização em vigor. Esta etapa compreendeu o parâmetro externo da investigação.

Quanto ao parâmetro interno, que tem como fontes primárias as edições de 1961 e 1999 da MGP, a investigação se deu, num primeiro momento, a partir do levantamento dos

aspectos gerais que compreendem cada um dos instrumentos de gramatização: demandas e propósitos sociais, aspectos teórico-metodológicos e características estruturais. No segundo momento, voltado especificamente à abordagem da colocação pronominal, observamos os autores, dados e fontes de referência utilizados pelo autor, o tratamento morfossintático aplicado ao fenômeno sintático em questão e sua natureza (prescritiva, descritiva), bem como a natureza dos exemplos apresentados e as relações estabelecidas entre o português brasileiro e o lusitano/clássico.

O último passo consiste, portanto, na interpretação dos dados levantados. Aqui, a narrativa historiográfica é de fato construída, discutindo cada um dos fatores considerados, relacionando os acontecimentos históricos e o tratamento da língua.

A seguir, a partir das fontes e categorias referentes ao parâmetro externo de análise, teceremos reflexões em torno das informações que reconstituem o clima de opinião do século XX.

3. SITUANDO A GRAMATIZAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO

Apesar de já estabelecida no imaginário mundial do século XXI, a ideia de *nação* é ainda muito recente na História. De acordo com Fiorin (2008), a identidade nacional é uma criação moderna, de alcance mundial, cujo desenvolvimento teve início no século XVIII, alcançando sua plenitude apenas no século seguinte. Não se pode falar em nações propriamente ditas em uma época anterior a essa, seja na Europa ou em outras partes do mundo (ibid.), mas sim em povos, reinos, impérios. E no processo de constituição de uma nação, diversas políticas são estabelecidas, nas quais a língua tem um papel fundamental.

A literatura aponta, na história do português, a expansão do Império Romano enquanto marco no uso da língua como ferramenta política essencial à constituição do povo. Dentre todas as ações depreendidas por Roma em suas conquistas, de tudo o que poderia ser estabelecido como símbolo da soberania romana sobre os povos derrotados, a língua deveria ser aprendida por aqueles que quisessem viver e conviver no Império: a religião, as ciências, entre outros fatores culturais poderiam permanecer como tais, mas à língua não houve exceções. Como aponta Thiesse (1999 *apud* FIORIN, 2008, p. 54), a identidade nacional é construída a partir de “um postulado e de uma invenção”, mediante “um conjunto de elementos simbólicos e materiais”⁹ (ibid., id.). É claro que o construto *nação* veio a se desenvolver e se estabelecer séculos depois da expansão romana, mas é interessante notarmos como a percepção do poder político exercido pela língua precede a ideia de nação.

Ainda segundo Thiesse (ibid.), a língua nacional desempenha funções prática e simbólica na política de um país. É prática, na medida em que se torna uma ferramenta essencial à administração, à economia, ao poder legislativo e judiciário, ao ensino, ao desenvolvimento das ciências, enfim, àquilo que rege e constitui a nação. Isso nos faz lembrar a História do povo de Babel, conforme a tradição histórica judaico-cristã, em que, por compartilharem uma só língua, os homens decidiram preparar tijolos e construir para si uma cidade e uma torre cujo ápice penetrasse os céus (Gn. 11:1-4). Podemos compreender como, à medida que a língua proporcionava ao povo as ferramentas necessárias àquele propósito concreto, naturalmente servia, por exemplo, a sua política e sua administração.

⁹ Com relação aos elementos que constituem a identidade nacional, Fiorin (2008, p. 54) aponta, a partir de Thiesse (1999): “uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; **uma língua**; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais, como hino, bandeira, escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo” [grifo nosso].

Por meio da língua, grandes feitos podem ser realizados, assim como a ausência de uma língua em comum constitui empecilhos na vida prática dos sujeitos – como também ocorre na História de Babel quando Deus multiplica as línguas, e não apenas a cidade e a torre não são mais erguidas, mas as pessoas são dispersas (Gn. 11:5-9).

A língua desempenha, ainda, uma função simbólica, na medida em que se torna a encarnação da nação, “a expressão viva, orgânica, do espírito do povo” (HERDER *apud* FIORIN, 2008, p. 59). Nessa perspectiva, a cultura, os princípios, os valores, tudo aquilo que molda a nação como tal é expresso e apreendido a partir de sua língua. Tomando ainda o registro bíblico da História de Babel à guisa de exemplo, podemos compreender como a unidade linguística proporciona aos indivíduos o mútuo reconhecimento como parte de um todo: enquanto falantes de uma mesma língua, se constituíam como um só povo (Gn. 11:6), se *viam* enquanto um só povo, e possuíam valores em comum, como honra e unidade (Gn. 11:4). E uma vez desvanecida sua unidade, os demais aspectos se perderam, e o povo foi desfeito e disperso.

O recorte linguístico de uma nação serve, então, como ferramenta às funções práticas e sociais do cotidiano de sua população. Além disso, estabelece, a partir do simbólico, relações identitárias entre os indivíduos, concedendo-lhes identificação e sentimento de pertença ao mesmo povo, enraizando sua cultura e valores e, assim, delimitando as fronteiras da nação. Nesse sentido, a criação de uma língua nacional está relacionada a alguns fatores, dentre os quais destacamos a escolha de um dialeto como padrão (seja sua motivação econômica e social, seja pela majoritariedade dos usos) e a construção de uma normatização gramatical (FIORIN, 2008). Surge daí, portanto, a necessidade de gramatização¹⁰ da língua nacional, cujo propósito está diretamente relacionado à política linguística desenvolvida no país.

Conforme afirmamos no primeiro capítulo, o Brasil foi percebido, por séculos, como extensão de Portugal, desde a expansão marítima portuguesa e a “descoberta” e ocupação do território brasileiro pelo Império até as primeiras décadas do século XIX.

Antes da chegada da família real ao Brasil, a literatura, a educação, a cultura do país era regida pela produção e pelos ideais da matriz europeia. De acordo com Borges Neto (2018), não era autorizada a produção de livros, folhetos, jornais ou revistas brasileiros. Além disso, não havia a necessidade de cursos superiores voltados à pesquisa

gramatical: “para as escolas aqui existentes, as gramáticas portuguesas eram suficientes” (ibid., p. 202).¹¹ Isso está diretamente relacionado à percepção que então se tinha do Brasil como extensão de Portugal, centro do Império e, naturalmente, da educação e da cultura e, nesse contexto, ao prestígio das universidades europeias, às quais o restrito público com acesso à escola almejava alcançar. A partir da transferência da sede do governo português para o Brasil, no início do século XIX, foram tomadas medidas para estimular o desenvolvimento intelectual, da arte e da educação do país, mas apenas na segunda metade do século aconteceria “o primeiro movimento no sentido de estimular o desenvolvimento intelectual no Brasil” (BASTOS, 2012, p. 240).

Foi no ano de 1822, marco da independência do Brasil em relação a Portugal, que se desencadeou o processo de legitimação da nação brasileira e, portanto, uma nova fase na História.

O trabalho de construção da nacionalidade [brasileira] começa com a nacionalização do monarca. Pedro I é mostrado como alguém que renuncia a Portugal e assume a nacionalidade brasileira. Nossos livros de História repetem incessantemente o episódio do Dia do Fico, em que o Príncipe afronta as Cortes Portuguesa[s], para “fazer o bem de todos e a felicidade geral da Nação”. Na célebre representação da independência, produzida por Pedro Américo, D. Pedro, do alto de cavalo, no ponto mais elevado da colina do Ipiranga, está com a espada desembainhada, apontada para o céu, gritando “Independência ou Morte” (FIORIN, 2008, p. 54).

Esse desprendimento em relação à matriz portuguesa suscitou, ao longo do século XIX, discussões e posicionamentos vários sobre os mais diversos assuntos, dentre eles, a questão da língua do país. A busca pela verdadeira língua nacional influenciava diretamente as concepções acerca da cultura e da literatura brasileira, sendo assunto de grande importância em meio ao povo brasileiro e, principalmente, a escritores e filólogos. Segundo Costa (2011, p. 1533), “na literatura, os românticos procediam à revisão do nosso

¹⁰ Conceito formulado por Auroux (1922, p. 65), conforme apresentado no capítulo 1 (Introdução) deste trabalho: “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

¹¹ “A educação, no Brasil, até meados do século XVIII, era dirigida pelos padres jesuítas (nas escolas, missões e seminários católicos). Já em 1564, os jesuítas fundaram, na Bahia, o primeiro colégio do Brasil, destinado à educação dos filhos de portugueses. Em 1759, no contexto das reformas praticadas pelo Marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias. Os colégios dos jesuítas, então, foram substituídos pelas Aulas Régias, que proviam as crianças brasileiras de formação elementar de letras e humanidades, com classes de gramática latina, grego e retórica. Mais tarde, outras disciplinas foram acrescentadas, como filosofia, economia, desenho e línguas estrangeiras (inglês e francês, particularmente). Não havia, no entanto, instituições de ensino superior no Brasil. Os brasileiros interessados em fazer cursos universitários precisavam deslocar-se a Portugal” (BORGES NETO, 2018, p. 262).

passado histórico, rompendo o vínculo com a ex-metrópole a partir do silenciamento da referência histórica ao país que nos ‘descobriu’”.

O final do século foi responsável pelo surgimento das primeiras gramáticas do português escritas por brasileiros. Estes, ao teorizar sobre a língua brasileira, buscavam enfatizar suas particularidades em relação ao português lusitano, “e isso porque, [...] segundo Orlandi e Guimarães (2001), a língua passou a ser vista ‘enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação’” (COSTA, 2011, p. 1533). A constituição da nação brasileira se daria, portanto, a partir da instituição da língua nacional. “Falava-se português, sim, mas um português diferente” (ALENCAR, 1965 *apud* FIORIN, 2008, p. 61).

As primeiras décadas do século XX foram, então, responsáveis pela instauração de projetos nacionalistas na literatura, na arte, nas ciências e no tocante à língua nacional. As políticas linguísticas em vigor apontavam para uma produção gramatical que se deslocasse do português lusitano/clássico ao brasileiro. “O que estava em jogo [...] era uma disputa em relação a quem (não) poderia e (não) deveria produzir conhecimento sobre a língua no/do Brasil e, sobretudo, aos usos que (não) deveriam ser considerados próprios a essa língua” (COSTA, 2017, p. 157). É nesse contexto que a gramatização da língua brasileira toma certo destaque.

3.1. A gramatização e o século XX: português ou brasileiro?

A gramatização, consoante Aurox (1992), consiste no processo de descrição e instrumentalização de uma língua através da produção de dicionários e gramáticas. A partir da elaboração desses instrumentos de gramatização, se estabelecem no imaginário dos sujeitos normas e referências àquilo que constitui a unidade linguística de sua nação. Como afirma o autor,

[...] do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor (AUROUX, 1992, p. 69).

Este movimento modifica os espaços de comunicação da sociedade, ampliando e alterando seus conhecimentos e sua capacidade linguística (AQUINO, 2012). Nessa medida, transforma o fazer linguístico de uma sociedade e as relações estabelecidas entre

os indivíduos que a constituem, solidificando e enriquecendo o construto que os coloca como membros de uma unidade histórica, cultural e social, enfim, de uma nação.

À medida que a unidade linguística promovida pelos instrumentos de gramatização reflete na perspectiva da nação como unidade (AQUINO, 2012), é inevitável a percepção de que a gramatização serve ao Estado. Desde o Renascimento, as relações políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais estabelecidas pela nação suscitam a necessidade de conhecer sua língua, em prol da pertença àquela unidade e do conhecimento acerca de tudo o que lhe constitui enquanto tal, dos espaços preenchidos pelos sujeitos dessa sociedade e daquilo que os une. Contudo, não se pode ignorar o caráter técnico da gramatização, do estabelecimento de elementos metalinguísticos e fonético-gráficos, bem como das ideias de língua e linguagem por trás dos saberes elencados (ibid.).

A literatura nos diz que na Europa do século V, após a queda do Império Romano do Ocidente, houve um deslocamento no vernáculo, em que o latim deu lugar aos diferentes falares regionais da língua românica. Nesse cenário, “de um lado, havia o latim como língua de cultura escrita e, de outro lado, os diferentes vernáculos europeus utilizados nas situações cotidianas de interação oral” (VIEIRA, 2018, p. 89). Assim, gradativamente, o lugar político-administrativo pertencente ao latim passaria a ser ocupado por esses vernáculos, os quais também sofreriam um processo de normatização.

Sobre o processo de construção das normas das línguas, Guisan (2011) aponta uma progressão em quatro etapas, as quais são sintetizadas por Vieira (2018, p. 89-90):

Em primeiro lugar, surgia uma *coiné pidginizada*, isto é, uma língua comum, uma mescla de algumas variedades próximas, de modo a permitir a intercompreensão de indivíduos de dialetos diferentes. Em seguida, ocorria o *uso literário da coiné*, a partir de uma literatura oral, que poderia ser transcrita para fins de conservação, dando início à produção de uma modalidade escrita. Num terceiro momento, a *coiné literária* se tornava a *língua oral culta*, a norma das elites, da aristocracia da corte, a língua ‘boa e correta’. Por fim, dava-se a *regulação normativa* dessa ‘língua oral culta’ através de gramáticas, dicionários e academias, surgindo, desse modo, uma língua nacional.

A língua nacional, portanto, é construída num processo gradativo, diretamente relacionado a sua normatização e gramatização. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as línguas românicas tornaram-se valorizadas, sendo não mais consideradas corrupções do latim, aos outros falares daquele território coube o estatuto de “variantes corrompidas a serem extirpadas através da educação do povo, que deveria falar a língua normatizada, única garantia da unidade nacional” (GUISAN, 2011 *apud* VIEIRA, 2018, p. 90).

É interessante percebermos como essa perspectiva atrelada à norma ultrapassa a gramatização em sua origem renascentista, sendo enraizada no imaginário social ainda na contemporaneidade. Podemos, então, vislumbrar interfaces estabelecidas a partir da progressão paralela dessa ideia e do PTG, na medida em que a história da gramatização pautada no paradigma tradicional é também a história de sucessivos recortes linguísticos em função da normatização das línguas ocidentais, os quais padronizam e privilegiam o recorte selecionado em detrimento do vernáculo.¹²

No final do século XV, surge, então, no espírito do que vieram a se tornar as nações europeias, a necessidade política de “instituir e legitimar um padrão de língua (uma norma-padrão) para atenuar a diversidade linguística regional e social herdada da experiência feudal” (VIEIRA, 2018, p. 98-99). Considerando que a grande maioria das reflexões e dos instrumentos gramaticais em matéria de língua e linguagem até então desenvolvidos se dedicavam ao estudo do latim¹³, além do prestígio que lhe fora atribuído e sua utilização universal, “era inevitável que as primeiras gramáticas dos vernáculos europeus se baseassem nos modelos concebidos para a descrição da língua latina” (ibid., p. 91). A mudança de *corpus* linguístico gramatizado para o vernacular teve como alicerce, portanto, o aparato terminológico e descritivo da gramatização greco-latina. Isso se estendeu à história da língua portuguesa e, portanto, se reflete na história e no fazer gramatical do português brasileiro.

Conforme discutimos no início do capítulo, as primeiras discussões sobre a gramatização do português do Brasil, no final do século XIX, estavam diretamente ligadas à identidade nacional. A produção dos instrumentos de gramatização contribuiu significativamente à identificação de que Brasil e Portugal não são uma só nação e povo. Conforme Mota (et al, 2017, p. 554), o sujeito nacional

[...] passa a ter sua língua instrumentalizada, legitimada por gramáticas e dicionários, de modo que a unidade visada entre Brasil e Portugal, inclusive no que tange à língua e aos seus aspectos sintático-semânticos, lexicais e fonéticos, é questionada por curiosos acerca da língua. Estes curiosos, posteriormente, tornaram-se gramáticos.

¹² Entendemos que o estatuto de inferioridade ou não conferido às demais variantes frente “a Língua” – como coloca Vieira (2018) – da nação depende, também, de uma série de outros fatores de caráter social, econômico e político, mas não é nosso objetivo esgotarmos esta discussão aqui.

¹³ Vieira (2018) apresenta alguns episódios pioneiros de gramatização do vernáculo, e destaca que, já na Idade Média, “o aparato descritivo/categorial/conceitual estava posto para a gramatização em larga escala” (ibid., p. 97-98). Mas a ausência de demanda política para a normatização de base vernacular permanecia e, portanto, a gramatização do latim ainda possuía o prestígio político-administrativo, intelectual e religioso.

O cenário nacional e linguístico do século XIX deu início ao que no século XX viria a se consolidar enquanto gramatização brasileira. Após o fortalecimento da existência do Estado brasileiro, “houve uma construção imaginária da unidade dessa língua e começou-se a pensar na propagação da Língua Portuguesa no Brasil, a partir de gramáticas elaboradas em território nacional” (MOTA et al, 2017, p. 556). Esta época marca, portanto, o surgimento das primeiras reflexões teóricas acerca da língua nacional propostas por sujeitos nacionais. Ainda não havia profissionais especializados nos estudos de língua e linguagem e, sendo assim, os responsáveis pelas primeiras gramáticas brasileiras “não eram, de início, estudiosos da linguagem, mas, sim, historiadores, médicos, engenheiros etc.” (MOTA et al, 2017, p. 555). Mas os instrumentos gramaticais agora seriam elaborados *por* brasileiros, *para* brasileiros.

Em relação à ideia de língua nacional, nessa conjuntura, diversos posicionamentos foram tomados: alguns, mais emancipadores, defendiam não apenas a existência da língua brasileira, mas uma necessidade de adoção de tal nomenclatura; outros, que a língua falada no país era uma variante menos rica da (verdadeira) língua portuguesa; outros, ainda, se tratar de um português brasileiro, preservando a raiz portuguesa da língua, mas evidenciando a particularidade brasileira. Havia uma disputa em relação à produção do conhecimento sobre a língua, a qual se dava “não só entre portugueses e brasileiros, mas também em território nacional entre brasileiros e brasileiros” (ORLANDI *apud* COSTA, 2017, p. 157). De toda forma, havia o reconhecimento do Brasil enquanto uma nação diferente de Portugal e das diferenças entre os sistemas linguísticos de cada nação, o que consolidava a existência de uma identidade nacional brasileira.

Consoante Mota (et al, 2017, p. 555), “os gramáticos brasileiros, ao instrumentalizar a língua falada no Brasil, deram autonomia para os brasileiros defini-la como nossa e, portanto, para poder falar sobre ela e através dela”. Nessa perspectiva, a autoria gramatical do Brasil se colocaria como rompimento em relação à homogeneização do português, na medida em que passaria a tomar “escritores brasileiros como exemplo das ‘belas artes’ e do ‘bom uso’ da nossa língua, diferentemente de gramáticos do Português europeu, além de assegurar que as características do PB [português brasileiro] não são uma maneira ‘errada’ de falar” (ibid., p. 555).

O gramático brasileiro do século XIX e início do século XX, ao assumir uma produção linguística que não reproduziria indiscriminadamente a gramaticografia portuguesa, se colocava como responsável pela identidade nacional. Cada abordagem aos

fenômenos linguísticos passaria a exercer uma função específica no que define a língua de seu povo, seu patrimônio histórico-cultural, suas relações, enfim, naquilo que torna o Brasil uma nação.

Apesar de toda essa retórica de ruptura, de acordo com Vieira (2018, p. 170), na primeira metade do século XX “não houve mudanças muito significativas entre as obras elaboradas e as dos gramáticos do final do século XIX: a despeito de vicissitudes próprias do tempo, todas se enquadram perfeitamente na epistemologia do PTG”. Isto implica dizer que, apesar do rompimento estabelecido no imaginário brasileiro dessa época, a gramatização, em termos normativos e metalinguísticos, pouco sofreu modificações, e o PTG permanece não apenas como legado na História, mas como base de toda a produção gramatical brasileira, que se sustenta até a contemporaneidade.

Retomemos, brevemente, a atmosfera intelectual do contexto de gramatização do século XVIII e início do século XIX, em cujo esteio se desenvolveu a gramatização brasileira do século XX.

Ainda segundo Vieira (2018, p. 125), na segunda metade do século XVIII, as gramáticas normativas do português “pautaram-se, explícita ou implicitamente, pela lógica racionalista e universal de Port-Royal”, as quais procuravam articular *língua* e *razão* na gramatização das línguas, partindo de uma perspectiva que elencava princípios universais e particulares a cada idioma (GONÇALVES, 2006 *apud* VIEIRA, 2018, p. 126).¹⁴ Mas o final do século XIX e, em continuidade a esse movimento, a primeira metade do século XX se estabeleceram em retórica de ruptura à tradição “filosófica” de pesquisa, prezando pela produção de gramáticas de cunho “científico”. De fato, o estudo realizado por Gurgel (2008) evidenciou a atribuição de juízos de valor em desprestígio às práticas “filosóficas” de gramatização, fazendo uso de termos como “velha tradição”, “velhos moldes”, “estudos abstractos e metaphysicos”, entre outros.¹⁵

Sobre as gramáticas “científicas”, produzidas nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, Borges Neto (2018, p. 286) afirma:

¹⁴ Esse modelo logicista surgiu na segunda metade do século XVII, fundamentado nas propostas de Antoine Arnauld (1612-1649) e Claude Lancelot (1615-1695), a partir da elaboração da *Grammaire générale de Port-Royal* (Gramática de Port-Royal, ou Gramática Geral e Razoada), que marca a história da gramatização europeia e da normatização da língua francesa e a partir da qual toda uma tradição gramático-filosófica surgiria. Cf. Vieira (2018, p. 125-143), *A orientação lógico-filosófica nas gramáticas do português* (cap. 4).

¹⁵ Cf. Gurgel (2008, p. 55-58), *A recepção positiva à “nova corrente”: a “retórica revolucionária” da geração*.

[...] apesar do qualificativo, não diferem muito do que sempre se fez, desde Dionísio de Trácio: ressalvadas as devidas exceções, por um lado, são essencialmente normativas (descrevem uma língua “artificial”, reconstruída a partir de textos clássicos, e consideram esses estados antigos das línguas como os únicos “corretos”) e utilizam o aparato teórico desenvolvido, basicamente, pelos primeiros gramáticos gregos e romanos; por outro lado – e é assim que o qualificativo “científicas” é justificado – buscam incorporar o conhecimento sobre a linguagem construído, paralelamente, nos estudos histórico-comparativos, que circulam fora do âmbito propriamente gramatical.

De fato, ao analisar a abordagem da colocação pronominal nesse período dito científico de gramatização brasileira, Gurgel (2008) conclui que o afastamento em relação à tradição lógico-filosófica se deu muito mais em caráter de retórica de que na abordagem gramatical da língua. É importante destacarmos, consoante Vieira (2018, p. 126), que “o logicismo de Port-Royal, em certa medida, já estava presente em toda a tradição gramatical ocidental”, tendo em vista que as categorias habilitadas pelo pensamento lógico-filosófico pautava toda a análise gramatical.

Ainda que a gramatização brasileira tenha seu estopim na busca pela constituição da identidade nacional em detrimento de Portugal, seu deslocamento em relação ao português lusitano/clássico se deu mais teoricamente do que na prática. Toda a produção gramatical nacional, mesmo no período “científico”, traçou-se no esteio das ideias sobre língua e linguagem advindas da matriz, assimilando, portanto, o que veio a se tornar a tradição gramatical luso-brasileira, pautada em concepções, metalinguagens e métodos fruto da GT (com ligeiras modificações). Assim, reafirmamos, a tradição luso-brasileira tem como alicerce o PTG.

Como foi discutido até aqui, as primeiras décadas do século XX marcam a busca pela constituição da identidade nacional brasileira, e aqui destacamos os esforços direcionados a um rompimento em relação à língua e sua gramatização. O processo nos estudos da língua ao longo do século tomaram rumos significativos, partindo, num primeiro período, dos estudos ligados à Filologia (a qual, posteriormente, abarcava a Dialektologia) até chegarmos à chamada virada linguística, que compreende a mudança paradigmática nos estudos da linguagem e no ensino de língua, que passou a refletir sobre a língua e a linguagem em diálogo com outras áreas do conhecimento. Nas seções seguintes, adentraremos nas questões concernentes a cada um desses períodos, bem como à NGB.

3.2. O período filológico dos estudos linguísticos no Brasil

De acordo com Borges Neto (2018), paralelamente à produção das gramáticas de cunho tradicional, o século XIX iniciou investigações linguísticas a partir do método histórico-comparativo. A Filologia, que tem o método histórico-comparativo de estudo das línguas como base, viria a predominar ainda na primeira metade do século XX, e a influenciar o fazer gramatical brasileiro e por ele ser influenciado. O autor afirma que todo um acervo de conhecimentos sobre a história das línguas foi construído, no qual constavam, dentre outras questões, observações acerca das relações genealógicas das línguas e sua mudança histórica. Apesar disso, “prevalecia a ideia de que ‘*a mudança era uma degradação de um estado linguístico primitivamente íntegro*’ (ROBINS, 1979, p. 140) e essa ideia reforçou a tendência conservadora que presidiu a gramática desde os alexandrinos do século I antes de Cristo” (BORGES NETO, 2018, p. 286). A abordagem filológica, portanto, viria a reforçar e justificar o caráter normativo da gramática.

No que diz respeito ao sistema educacional brasileiro da primeira metade do século XX, a disciplina de língua portuguesa já havia se instaurado; mas, conforme Soares (2004, *apud* VIEIRA, 2018), ainda se configurava enquanto *gramática, retórica e poética*, mantendo certa individualidade entre tais partes. Por esta razão, eclodiu na gramatização brasileira a necessidade de gramáticas escolares, produzidas em tom didático-pedagógico. Assim, a gramatização e a disciplinarização do português brasileiro eram estreitamente ligadas, tendo em vista a correlação entre os lugares do professor e do gramático, em que o segundo era legitimado a partir do primeiro (COSTA, 2017).

Segundo Altman (2003), as primeiras Faculdades de Filosofia brasileiras, fundadas a partir da década de 30, desencadearam o que viriam a se tornar os estudos linguísticos “formais” do país. “Isso simbolizou o fim do autodidatismo em matéria de linguagem e marcou, na percepção das gerações que se seguiram, o início da carreira do profissional de Letras” (*ibid.*, p. 70). Os estudos sobre a língua, de modo geral, se davam no campo da Filologia. E, conforme Bastos (2012, p. 242):

[...] estar em sintonia com as tendências linguísticas do início do século XX, significava entrosar-se à Filologia no que se refere a utilizar a língua como um meio para se lançar mão do método crítico-literário; à linguística no que se refere a servir-se do método histórico comparativo, do descritivo e do geográfico ou aos estudos gramaticais no que se refere à busca do estudo metódico da construção geral da linguagem e de sua constituição gramatical.

Sobre os professores de língua portuguesa, então, recaíam também os lugares do gramático e do filólogo. Pela escassez de Faculdades e Colégios especializados nos estudos de língua¹⁶, muitos dos estudiosos da época, quando tinham formação superior em alguma área, não advinham de cursos de Letras¹⁷. É nesse contexto que, de acordo com Altman (2003), a grande maioria de professores em tais cursos veio da França ou de Portugal. Estes, graças à sua formação e ao rumo tomado no fazer científico da Europa, carregavam consigo bases teórico-metodológicas e filosóficas das ciências da linguagem que até hoje influenciam os estudos linguísticos brasileiros.

Professores como Said Ali (1861-1953), Augusto Magne (1887-1966), Ernesto de Faria (1906-1962), Serafim da Silva Neto (1917-1960), Gladstone Chaves de Melo (1917-2001), Celso Cunha (1917-1989) e Antonio Houaiss (1915-1999)¹⁸ fizeram parte de um contínuo na tradição dos estudos de língua no Brasil, apesar de não pertencerem todos à mesma geração e de voltarem-se à língua sob diferentes enfoques (ALTMAN, 2003, p. 70-71). Estes e outros, que se viam enquanto filólogos e ainda hoje são considerados pela literatura como grandes professores e filólogos à sua contemporaneidade, foram responsáveis, até a década de 60, pela instituição dos estudos linguísticos do país, e congregavam “o maior número de adeptos” (CASTILHO *apud* ALTMAN, 2003, p. 71).

Com o crescimento do mercado editorial, as obras de grande parte dos autores brasileiros mais representativos ou eram publicadas e corrigidas em Portugal, ou ainda eram regadas por preocupações para com o público português (SILVA, 2012 *apud* BASTOS, 2012, p. 241). Isso acarretou discussões acerca da unificação entre as ortografias de Brasil e Portugal. É nesse contexto que o estudo histórico da língua portuguesa ganha força, e as investigações diacrônicas do português, que contribuíram significativamente na produção científica sobre língua do país, se davam com enfoque na Gramática e na Filologia.

Os estudiosos da Filologia, então, deveriam “conhecer a significação ou a intenção daquele cuja palavra se conservou por escrito” (MALMBERG, 1971 *apud* BASTOS, 2012, p. 242). Assim, a partir do estudo e da edição de documentos antigos, os filólogos seriam responsáveis por interpretar e determinar o conteúdo, a cultura, o contexto e as condições

¹⁶ “Até então, o único centro que, do ponto de vista institucional, favorecia alguma produção no campo das chamadas Humanidades era o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que exigia de seus candidatos à cátedra a elaboração de uma tese (Naro, 1976) e promovia publicações” (ALTMAN, 2003, p. 70).

¹⁷ Sousa da Silveira (Engenharia), Antenor Nascentes (Direito) e Mattoso Câmara (Direito e Arquitetura) são exemplos disso (cf. ALTMAN, 2003, p. 70).

¹⁸ Ainda outros autores podem ser conferidos em Altman (2003, p. 70-71).

que levaram à sua produção (BASTOS, 2012, p. 242), e sobre aqueles que se dedicavam às discussões linguísticas para a elaboração de instrumentos gramaticais recaía a responsabilidade de lidar com as construções fonológicas, morfossintáticas, semânticas e ortográficas, objetivando “organizar um conjunto de meios para se chegar ao sentido que a palavra escrita ou falada continha, assegurando uma interpretação exata de acordo [com a] crença da época” (ibid., id.).

A gramatização do português brasileiro nesse período, portanto, não se distanciou da tradição lusitana/clássica – que por sua vez, reafirmamos, advém da GT. Ao mesmo tempo em que se apregoava uma identidade própria e a chegada da modernidade, continuava-se a propagar e prescrever a língua baseada em tradições do passado e na norma culta da matriz europeia. Nas palavras de Vieira (2018, p. 166):

Toda a construção do saber sobre o português do Brasil [no final do século XIX] parece acontecer num relação de comparação entre ambas as línguas – o português do Brasil e o português de Portugal, sendo o português europeu sócio-historicamente privilegiado em detrimento do brasileiro.

Em continuidade, o início do século XX colocava Portugal como berço da “arte de bem escrever e de bem falar” a língua portuguesa, e as políticas linguísticas desenvolvidas, apesar da retórica geral que apontava para o reconhecimento e legitimação da língua nacional em distanciamento à portuguesa, sempre posicionavam a norma brasileira em submissão à lusitana, “considerada no Brasil como aquela que devia ser seguida pelos brasileiros” (BASTOS, 2012, p. 242). O PTG, portanto, alcança a gramatização brasileira desde o berço.

Altman (2003) afirma que, até os anos de 1960, o grupo de especialidade em evidência permaneceu sendo a Filologia, mesmo tendo surgido, na década de 20, trabalhos em um programa de investigação diferente, a Dialetoлогия. Tal programa foi inaugurado por Amadeu Amaral (1875-1929), em meio às discussões acerca da existência ou não de uma língua brasileira. Contudo, apesar de se estabelecerem, inicialmente, em caráter de novo grupo, os dialetólogos vieram a filiar-se, posteriormente, à Filologia, unificando-se em uma mesma tradição de pesquisa. Nas palavras de Altman (2003, p. 74),

Mesmo inaugurando um programa de investigação diferente, Amaral – e seus continuadores – não sustentaram uma retórica de ruptura com o programa da Filologia. Pelo contrário, o estudo da variação dialetal residual, rural, contribuiria ainda mais para fundamentar interpretações histórico-filológicas sobre os substratos da ‘língua brasileira’. [...] Não foi difícil aos dialetólogos serem aceitos como pares pelos filólogos. E tampouco aqueles que produziram

no programa de investigação da dialetologia rejeitaram, para si, a designação de filólogos.

O período filológico dos estudos linguísticos no Brasil, portanto, compreendendo o início do século XX até a década de 60, enfatizava o estudo “comparativo, filosófico, literário, histórico das línguas (ou de uma língua) consideradas em seus princípios, nas relações existentes entre elas, nas leis fonéticas que presidem à formação dos vocábulos, na origem de suas raízes e das suas formas” (ULHÔA CINTRA, 1939 *apud* ALTMAN, 2003, p. 79). A gramatização decorrida nessa época dialogava com os mesmos propósitos.

Conforme temos afirmado, a elaboração de instrumentos gramaticais brasileiros, que inicialmente serviria como mecanismo político para legitimação da identidade nacional, agora disseminava e prescrevia uma norma que não correspondia à realidade do português do Brasil, mas a padrões de cunho tradicional advindos do PTG. Tais padrões, reafirmamos, subjugavam o português brasileiro ao lusitano, sócio-historicamente privilegiado. Mesmo diante de tais questões, a publicação desses instrumentos *por e para* brasileiros corroborava na construção da língua nacional. Entretanto, a metalinguagem utilizada pelos gramáticos ao descrever e prescrever a língua brasileira era muito diversa, o que acarretava em problemas no ensino de língua do país (COSTA, 2011, p. 1533-1534).

Nessa conjuntura, foi elaborada a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), uma das medidas tomadas pelo Estado brasileiro que veio a lume no propósito de sugerir aos gramáticos um padrão a ser seguido em sua análise gramatical e que, de acordo com Guimarães (1996 *apud* COSTA, 2011, p. 1533), estabelecia e legitimava a unidade linguística da nação brasileira.

3.3. A Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959)

Consoante Baldini (1999), torna-se justificável o fato de que, em um primeiro momento da gramatização brasileira, diferentes filiações teóricas e metalinguísticas fossem visitadas no fazer gramatical, tendo em vista que ainda se tateava em busca da identidade nacional e a tomada de consciência das especificidades linguísticas do país a despeito da matriz portuguesa era ainda recente.

Contudo, à medida que o Estado e a língua se consolidavam no imaginário brasileiro, não tardou o rompimento de uma profusão de nomenclaturas gramaticais, o que atrapalhava o desenvolvimento pedagógico do ensino-aprendizagem na disciplina de língua portuguesa. De acordo com Costa (2010), o “caos” instaurado pela falta de unidade

gramatical despertou o interesse dos professores e estudiosos da língua. É nesse contexto que, após muitas discussões, o Estado brasileiro nomeia uma Comissão¹⁹ responsável pela elaboração do anteprojeto para a uniformização da nomenclatura gramatical, em abril de 1957.

Segundo Baldini (1999, p. 44), o “anteprojeto inicial da NGB tinha a pretensão de ser uma gramática da língua portuguesa no Brasil”. Sua missão era designar uma terminologia a ser adotada pelos gramáticos brasileiros para solucionar a problemática suscitada na educação e nos estudos linguísticos em relação à metalinguagem. Porém, na primeira versão do documento constava não apenas a terminologia, mas também definições para cada um dos termos. Não foram poucas as críticas, e o anteprojeto final abandonou completamente esse propósito (ibid., p. 45), resignando-se a cumprir com o seu papel: suprir a demanda por um vocabulário unificado no tratamento da língua brasileira.

A NGB veio a lume em 28 de janeiro de 1959, através da Portaria Nº 36 publicada pelo Ministério da Educação. E, uma vez constituída e delimitada essa unidade terminológica nos estudos da língua portuguesa do Brasil, a posição de autoria do gramático sofre um deslocamento: “o gramático não é mais a autoridade do saber sobre a língua, mas um comentador desse saber” (BALDINI, 1999, p. 48). Os estudos sobre o português brasileiro agora partiriam das categorias dispostas na NGB, invertendo a posição descritiva da gramatização: a conceituação e a análise linguística partiriam da terminologia, e não o contrário. “A NGB, na verdade, é o conjunto de termos que, na opinião da Comissão, numa posição claramente normativa, *deveriam ser usados* nas gramáticas” (BORGES NETO, 2018, p. 300) [grifos do autor].

Diante disso, os gramáticos passaram a adotar a NGB de forma *apriorística*, e a língua, a submeter-se, de forma artificial, a essa terminologia, cujo caráter se tornou prescritivo. De fato, pode-se dizer que se desencadeou um processo de *naturalização* dessa nomenclatura, uma vez que “ignora-se que uma teoria constrói um objeto teórico que se sobrepõe ao objeto observacional e considera-se que as entidades teóricas atribuídas ao objeto constituem a própria realidade” (BORGES NETO, 2013, p. 2).

Borges Neto (2018) aponta que, apesar da existência de terminologias diferentes para os mesmos conceitos, o “caos terminológico” do primeiro momento também indicava, provavelmente, a existência de posturas teóricas conflitantes e concorrentes. Nesse sentido,

¹⁹ A Comissão designada era composta por professores catedráticos do Colégio Pedro II, a saber, Antenor Nascentes (presidente da Comissão), Clóvis do Rego Monteiro, Carlos Henrique da Rocha Lima (eleito como

[...] não houve apenas uma substituição de termos para conceitos ou objetos bem estabelecidos (os termos foram alterados, mas a ontologia subjacente se manteve); houve eliminação de termos (aparentemente, sem que se pensasse que essa eliminação poderia eliminar também o conceito correspondente) e houve a escolha de um termo (arbitrária? Por votação?) dentre termos só parcialmente correferenciais. Ao mesmo tempo, houve a manutenção de termos que, reconhecidamente, não correspondiam a um único conceito, mas a conceitos só parcialmente semelhantes (ibid., p. 301).

Assim, a padronização acarretou também em uma tentativa de unificação teórica – tentativa esta que, de fato, pode ser evidenciada desde o Anteprojeto, que estabelece a gramática na dicotomia *normativa* (didática) e *histórica* (“científica”), e cuja nomenclatura “atende prioritariamente à terminologia usada pelas gramáticas do período científico” (BORGES NETO, 2018, p. 303).²⁰

A gramatização brasileira pós-NGB absorveu a terminologia acordada de forma tal que, apesar de o documento ter sido elaborado (teoricamente) em caráter sugestivo, e não determinante, “deixou de ser possível, a partir da sua implementação, falar do lugar da Gramática Normativa voltada para o ensino na escola sem adotar os termos por ela tornados oficiais” (COSTA, 2017, p. 162). Toda gramática, desde então, deveria citar a NGB e ser elaborada em sua função, e sobre ela recaía, portanto, um *status* de legitimadora do saber e do fazer gramatical. “Os gramáticos que, por algum motivo, não puderam fazê-lo, como Eduardo Carlos Pereira, falecido em 1923 e autor do maior sucesso editorial até então, tiveram os seus compêndios fadados a obsolescência” (ibid., id.). Podemos perceber, portanto, que a publicação da NGB desencadeou modificações significativas na história da gramatização brasileira, reconfigurando o fazer gramatical no que diz respeito à terminologia utilizada e ocasionando um deslocamento do lugar do autor.

A Nomenclatura veio a alterar não apenas a perspectiva que se tem da língua e seu estudo, mas também os espaços relacionados ao ensino de língua portuguesa do Brasil. Isto porque o Ministério da Educação recomendou também a adoção da NGB no ensino programático e em exames de diversas naturezas realizados no país. Toda uma doutrina terminológica foi, assim, instaurada. Os espaços simbólico e prático da língua foram alterados, uma vez que a Nomenclatura estabiliza os estudos e o ensino-aprendizagem da língua, bem como as relações estabelecidas em função de sua padronização – pois tanto o

secretário, e indicado como relator), Cândido Jucá (Filho) e Celso Ferreira Cunha (COSTA, 2011, p. 1534).

²⁰ “É interessante que apenas esses dois tipos de gramática tenham seus nomes registrados na terminologia: uma gramática com finalidades essencialmente didáticas (herdeira das artes latinas, que se propunham a ensinar a falar e escrever corretamente a língua) e uma gramática com finalidades essencialmente científicas, saída diretamente do historicismo oitocentista e, portanto, com a noção de “ciência da linguagem” típica do século XIX” (ibid., id.).

estudioso quanto o falante, agora, lidam com a língua a partir de modelos idealizados, previamente definidos, solidificados.

3.4. A virada linguística

A década de 60, de acordo com Vieira (2015), viria a introduzir, no meio acadêmico, críticas à doutrina gramatical tradicional e seu ensino. Além disso, o surgimento de cursos de formação de professores, a “democratização” do ensino, a constituição de políticas públicas educacionais, o ensino de língua portuguesa, dentre outros fatores, como a incorporação da Linguística como disciplina nos cursos de Letras e a criação de cursos de Pós-graduação em Linguística, irromperiam, na segunda metade do século XX, o que a literatura chama *virada linguística*.

Em 1962, a Linguística foi instituída como disciplina em todos os Cursos de Letras, e em 1966, foi fundado o Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de São Paulo (USP), e a corrente estruturalista norte-americana e da teoria gerativo-transformacional passaram a ser difundidas no Brasil (ibid.). De acordo com Costa (2017), com a instituição do sistema nacional de Pós-Graduação e da Associação Brasileira de Linguística, em 1969, foi promovido o desenvolvimento de várias linhas de pesquisa no país.

Na mesma década, o ensino de língua portuguesa viria a ser, de fato, repensado. Se até então a prática de ensino se limitara ao estudo da metalinguagem por meio de gramáticas de referência, pautadas especialmente na NGB, agora o professor viria a desenvolver o trabalho com a língua a partir da leitura dos textos. Com efeito, Vieira (2015, p. 21) nos aponta que:

Começaram a ser publicados manuais de ensino de português com textos seguidos de questões a serem respondidas, semelhantes aos modelos atuais de livros didáticos – ainda que as questões guiassem o aluno para a leitura do código (o estruturalismo linguístico predominava entre as teorias da linguagem) ou ainda, não raro, para questões de metalinguagem gramatical (texto como pretexto para o ensino de gramática).

No início dos anos 70, os termos *virada linguística* e *virada pragmática* se difundiriam nas ciências sociais em geral, as quais, conforme Vieira (2015, p. 20) “pretendiam estabelecer novas configurações em seu modo de pensar, agir e fazer ciência, afastando-se da ortodoxia vigente nas tendências mais formais, imanentes, autônomas e

unidisciplinares”. Dentre tais disciplinas, destacamos a Linguística, na qual, segundo o autor,

[...] entende-se ‘virada linguística/pragmática’ como uma espécie de mudança de paradigma nos estudos da linguagem e, posteriormente, no ensino de língua, nos quais se opera uma mudança de perspectiva: a forma (sistema linguístico), antes predominante, cede espaço ao uso (contexto pragmático), que passa a precedê-la nos contextos de pesquisa e de ensino-aprendizagem (VIEIRA, 2015, p. 22).

Nesse sentido, a Linguística passou a estabelecer diálogos e interdisciplinaridade com outras disciplinas e áreas do conhecimento, passando a considerar aspectos até então vistos como fora de seu alcance. Assim, a partir da década de 1970, especialmente após a criação do Curso de Pós-Graduação em Linguística da UNICAMP, os trabalhos publicados contribuíram para o avanço dos estudos linguísticos no Brasil, abrindo caminho a outras disciplinas e domínios relacionados à ciência da linguagem, como a Sociolinguística, a Pragmática, a Análise do Discurso e a Semântica da Enunciação (MORALIS, 2008, p. 235).

Vieira (2015) nos conta que a partir dos anos 1980 o cenário brasileiro de estudos de língua e linguagem tomou de fato novos rumos, devido à divulgação e consolidação das teorias textuais e discursivas. Os estudos linguísticos do Brasil não se restringiam mais ao formalismo advindo das correntes estruturalista e gerativista, e “a ideia de que o estudo da forma resulta no bom uso da língua passava a ser suplantada pelo ponto de vista de que o uso da língua deve ser anterior ao estudo da forma” (ibid., p. 22). Nessa conjuntura, a década de 1980 foi um período de muitas conturbações, haja vista o fervilhar desses novos paradigmas nas discussões acadêmicas e os conflitos suscitados em meio às novas concepções.

À medida que ganhavam força, na mesma década, essas teorias linguísticas passaram a fundamentar os documentos oficiais (municipais, estaduais, federais) de ensino, contribuindo com a regulação curricular e a elaboração de instrumentos didáticos voltados aos estudos de linguagem do Brasil (VIEIRA, 2015). Ainda nesse contexto, críticas à falsa democratização da escola eclodiram nas discussões sobre o sistema educacional brasileiro, suscitando o que Pietri (2003 *apud* VIEIRA, 2015) chama “discurso da mudança”, em oposição direta ao ensino tradicional de língua portuguesa.²¹

²¹ “Pietri (2003) faz um bom resumo das afirmações recorrentes nos textos dos atores envolvidos no discurso da mudança, protagonistas da virada linguística no ensino de língua portuguesa no Brasil. Segundo esse autor, eis os objetivos elencados pelos partidários dessa nova visão: i) considerar a diferença entre a língua da escola e a língua das camadas populares que começavam a chegar à escola; ii) considerar a realidade da

O debate sobre o ensino de língua advindo dessa atmosfera intelectual, portanto, apontava à necessidade de uma metodologia que oferecesse aos alunos as condições necessárias ao domínio das práticas de leitura, produção escrita e oral. A gramática normativa e sua abordagem no ensino estariam, agora, sujeitas às demandas do texto e seus diferentes usos. “A metalinguagem gramatical deverá, sim, ser explicitada e sistematizada, mas paulatinamente, ao sabor das necessidades e demandas do ensino das práticas de leitura, produção e oralidade” (VIEIRA, 2015, p. 25). Com efeito, como reflexo de tais discussões, Vieira (ibid., p. 23) nos conta que:

[...] foram tantos os estudos linguísticos e os textos de caráter de divulgação científica publicados a partir da década de 80, apontando contradições e insuficiências conceituais e metodológicas da gramática tradicional, que, hoje em dia, a crítica à doutrina gramatical chega a ser consenso entre linguistas das mais distintas áreas e entre professores de português formados em boas universidades há menos de duas décadas – embora se saiba que o conhecimento por parte dos professores não tenha sido garantia de efetiva ruptura com as práticas tradicionais de ensino de gramática.

Nesse contexto, irrompiam na academia estudos sobre as especificidades do português brasileiro efetivamente em uso. Apesar de não serem pioneiras em uma iniciativa nesse sentido (tendo em vista os estudos da primeira metade do século XX), as pesquisas da segunda metade do século decorrentes da instituição da Linguística enquanto disciplina nas universidades brasileiras “portam maior fôlego investigativo e maior rigor teórico-metodológico, ampliando significativamente a compreensão sobre a língua de fato corrente em nosso solo” (VIEIRA, 2015, p. 26). De fato, como resultado dessa conjuntura, a língua portuguesa do Brasil, pela maioria dos pesquisadores, é agora efetivamente chamada de *português brasileiro*.

Diante disso, a distinção entre os lugares do gramático e do linguista passou por um processo de naturalização (COSTA, 2017). A autoridade e o conhecimento sobre a língua e a linguagem foram transferidos do gramático ao linguista, gerando dois posicionamentos distintos em relação ao conhecimento da língua: à Linguística coube o papel de legitimar os estudos da língua e, de fato, investigá-la, descrevê-la e interpretá-la; e a Gramática tornou-se um espaço cujas preocupações se voltavam ao ensino-aprendizagem, à aplicação e à transmissão dessa língua, materializada em instrumentos de gramatização.

variação linguística e respeitar a variedade do aluno; iii) relacionar ensino de linguagem e condições socioeconômicas com o objetivo de produzir práticas pedagógicas democráticas e transformadoras; iv) e divulgar informações produzidas pela Linguística e outras ciências, a fim de alterar as práticas pedagógicas existentes” (VIEIRA, 2015, p. 23).

Quanto aos instrumentos de gramatização elaborados ao longo do século, os quais se estabeleceram como obras de referência, não poderiam permanecer incólumes às discussões suscitadas e às novas demandas no estudo de língua. Os gramáticos tradicionais da geração novecentista brasileira foram, “de certo modo, compelidos a incorporar os saberes da linguística em seus tratados prescritivistas e ainda uniformizados pela NGB” (VIEIRA, 2015, p. 30). Em meio a tais autores e obras, voltamos nossos olhos a Evanildo Bechara e sua *Moderna Gramática Portuguesa* (1961 e 1999).

3.5. Nas trilhas do autor: Evanildo Bechara

Apresentemos, de forma sucinta, o autor.²² Evanildo Bechara (Recife – PE, 28 de fevereiro de 1928) tem sua formação acadêmica e profissional enquanto professor, gramático e filólogo. Cursou Letras Neolatinas pela Faculdade do Instituto La-Fayette (hoje UERJ), onde adquiriu o título de Bacharel, em 1948, e o de Licenciado, em 1949. Nos anos 1960, em Madri, aprofundou seus estudos na Filologia Românica, e em 1964 adquiriu o título de Doutor em Letras pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG, atual UERJ).

Desde jovem, exerce o magistério. Em 1954, foi aprovado para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II, onde inicialmente se engajou em tal exercício, vindo a atuar, posteriormente, em diversas universidades brasileiras e de outros países. De fato, desde a década de 1990 até os dias atuais é docente emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). É, também, membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro e da Academia Brasileira de Letras, dentre outros.

A produção de Bechara é vasta.²³ Fraccina et al (2008) destacam algumas das obras mais significativas de sua bibliografia: *Fenômenos de entonação* (1948); *Primeiros ensaios de língua portuguesa* (1954); *A evolução do pensamento concessivo no português* (1954); *Exercícios de linguagem* (1954); *Curso moderno de português* – dois volumes (1968-1969); *O futuro em românico* (1962); *A sintaxe nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta* (1964); *A contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa* (1964);

²² As informações relacionadas à biografia do autor disponíveis nesta seção, e ainda outras, podem ser encontradas no site da Academia Brasileira de Letras (ABL), através do endereço: <<http://www.academia.org.br/academicos/evanildo-bechara/biografia>>. Último acesso: 22 de maio de 2018.

Os estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues (1980); *As fases históricas da Língua portuguesa: tentativa de proposta de nova periodização* (1985); *Lições de português pela análise sintática* (1960; 2000); *Moderna Gramática Portuguesa* (1961; 1999); *Guias de estudo de língua e linguagem* (org.) – quatro volumes (1977); *Ensino da gramática* (2000); e *Gramática escolar da língua portuguesa* (2001).²⁴

Dentre as questões sobre as quais o autor se debruça desde o início de sua carreira, Valle (2008) destaca a história da língua portuguesa e sua periodização – o que condiz justamente com a atmosfera intelectual que então regia os estudos da língua e, de fato, sua formação enquanto filólogo. Seus estudos foram fortemente influenciados por M. Said Ali (1851-1953), a quem chama *mestre* e que teve a oportunidade de conhecer desde seus 15 anos.

Na história da gramatização brasileira, como dissemos no início deste trabalho, bem como na história dos estudos de língua e linguagem do país, de um modo geral, Bechara se destaca como um dos autores tradicionais mais significativos, tendo escrito duas dezenas de livros e sendo a MGP amplamente utilizada por professores e alunos, por acadêmicos da língua e pela população em geral.

Com efeito, a MGP atravessa o século XX e permanece na contemporaneidade como instrumento gramatical renomado. Destaca-se de outras obras novecentistas pelo fato de que, da 1ª (1961) à 37ª edição (1999), a abordagem da língua portuguesa e as perspectivas imprimidas acerca da língua foram propostas por seu autor original. Uma 38ª edição foi lançada em 2015, cujas alterações em relação à 37ª se deram apenas em ajuste ao Novo Acordo Ortográfico, de 2009.

Como sabemos, a primeira edição da MGP veio a lume em 1961, dois anos depois da publicação da NGB. De acordo com Costa (2012 *apud* VIEIRA, 2015), o propósito inicial dessa gramática era reescrever a *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1907).²⁵ Porém, ao ser apresentado, o primeiro capítulo de sua proposta de adaptação foi

²³ A bibliografia do autor pode ser encontrada no site da Academia Brasileira de Letras (ABL), através do endereço: <<http://www.academia.org.br/academicos/evanildo-bechara/bibliografia>>. Último acesso: 23 de maio de 2018.

²⁴ Além destas obras, as autoras elencam traduções e colaborações produzidas por Bechara, as quais optamos por não listar aqui, mas podem ser encontradas em Faccina et al (2008, p. 151).

²⁵ “Sabe-se que a obra de Pereira desfrutava de ampla circulação no ensino gramatical e, desde o início do século XX, havia atingido inúmeras edições. Entretanto, quando a NGB entrou em vigência, em 1959, Pereira (1907) foi uma das muitas gramáticas que precisaram passar por reformulações para garantir sua circulação num país agora legislado por uma terminologia gramatical. Assim, a gramática de Pereira fora convertida em um novo texto por Bechara, que passou a ser o autor de uma outra gramática” (VIEIRA, 2015, p. 220-221).

reconhecido como pertencente a uma outra obra, e Bechara foi então convidado a publicar o que viria a se tornar a primeira edição da MGP (ORLANDI, 2002 *apud* COSTA, 2017). Acerca disto, Vieira (2015, p. 221) nos conta que:

O gramático não teve a intenção de romper com a tradição secular em que Pereira (1907) se agarrava e, nesse sentido, dispôs o conteúdo da gramática de acordo com a tradição clássica e, necessariamente, a NGB; todavia, adicionou elementos dos estudos da linguagem, primeiramente na edição de 1961 e posteriormente na 37ª edição, de 1999, revista, reformulada, ampliada e orientada ao século XXI, em decorrência tanto de seu amadurecimento como estudioso da linguagem no nível teórico, quanto das críticas recebidas, como esclarece o próprio autor no prefácio da obra.

De fato, a MGP de 1961 “respeita o tradicional e adiciona elementos dos novos estudos linguísticos, introduzindo lições que se perpetuam ao longo do século XX, cujo intuito é o de preservar a cultura brasileira” (FACCINA et al, 2008, p. 153).

A obra, portanto, faz jus ao espírito do tempo em que foi elaborada. O sintagma “modernos estudos da linguagem”, explicitamente marcado no prefácio à obra e que corresponde ao clima de opinião em que está pautada esta *Moderna Gramática Portuguesa*, corresponde a saberes advindos da “linguística americana” e aos estudos realizados no Brasil e em outros países desde o final do século XIX – os quais pertencem ao domínio da Filologia (COSTA, 2017).

Nessa conjuntura, a primeira edição da MGP teve uma recepção amplamente favorável por parte dos professores e alunos. De fato, prosseguiu sendo reproduzida por mais de três décadas, até ser, em 1999, reformulada pelo autor.

No prefácio à 37ª edição, Bechara informa aos leitores que todas as seções da MGP foram revistas, revisadas e atualizadas, sendo as reformulações “decorrentes não só de seu amadurecimento como estudioso da linguagem no nível teórico, mas também resultantes das críticas recebidas e da leitura de novos e melhores escritores” (PALMA; MENDES, 2008, p. 163). Após a instauração da Linguística, a MGP teve a oportunidade de ser ressignificada por seu autor mediante as discussões que circundaram os estudos de língua e linguagem e o fazer gramatical brasileiro na segunda metade do século XX – oportunidade que não foi alcançada por outras obras tradicionais e outros autores do mesmo século.

Conforme evidenciamos ao longo deste estudo, a primeira e a mais recente edições da MGP emergiram em meio a climas de opinião distintos – respectivamente, a Filologia e a virada linguística, ambos anteriormente abordados no presente capítulo. No capítulo a seguir, nos debruçaremos de fato sobre as fontes gramaticais selecionadas.

4. A MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA (1961 E 1999)

Nos capítulos anteriores, apresentamos as principais diretrizes para a construção do trabalho em Historiografia da Linguística, considerando como princípios a contextualização, a imanência e a adequação; e as principais características dos climas de opinião vigentes no século XX, associados à atmosfera intelectual no tratamento da língua portuguesa no Brasil, além de alguns aspectos diretamente relacionados à MGP e à formação de seu autor.

Vimos que, ao longo do século XX, Bechara contribuiu significativamente nos estudos da língua portuguesa, e sua obra gramatical surgiu para suprir as necessidades de professores, alunos e estudiosos em geral, consolidando-se, então, a MGP como obra de referência (VIEIRA, 2015), cuja repercussão alcança ainda os dias de hoje.

O presente capítulo dedica-se à imanência do objeto, analisando internamente as fontes selecionadas, e se divide em três momentos. Nos dois primeiros apresentaremos, respectivamente, aspectos gerais das edições de 1961 e 1999 da MGP, nossos principais objetos de estudo. No terceiro, nos voltaremos especificamente à abordagem da colocação pronominal, estabelecendo relações entre as duas edições, seus pressupostos e os climas de opinião nos quais elas vieram a lume, observando os movimentos de continuidade e descontinuidade em relação à tradição gramatical instaurada na primeira metade do século XX.

4.1. Aspectos gerais da edição de 1961

Logo nas primeiras páginas da obra, é apresentado aos leitores seu embasamento na NGB. Este primeiro movimento situa a obra em relação às demandas sociais da época, uma vez que a Nomenclatura, recentemente publicada, passara a ser considerada basilar no ensino-aprendizagem da língua portuguesa no contexto escolar, bem como na elaboração de exames das mais diversas naturezas.

No prefácio à primeira edição da MGP, nos deparamos com seu objetivo:

Ao escrever esta *Moderna Gramática Portuguesa* foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançaram no estrangeiro em nosso país. **Não se rompe de vez com uma tradição secular:** isto explica por que esta *Moderna Gramática* traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico. **A nossa preocupação não residu aí, mas na doutrina.** Encontrarão os colegas de magistério, os alunos e quantos se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma **um tratamento nôvo** para

muitos assuntos importantes que **não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava** (MGP, 1961, p. 21) [grifos nossos]²⁶.

Os trechos em destaque evidenciam que o autor se coloca, nesse momento, em uma postura de continuidade e, simultaneamente, descontinuidade em relação aos estudos gramaticais produzidos até então, situação conflituosa característica desse momento. O “nôvo” parte do postulado pela tradição, e não em rompimento ou contraponto a ela. Nas palavras de Moralis (2008, p. 238), o autor evidencia-se em dois lugares de fala distintos: “de um lado, tem-se o discurso da modernidade e, de outro lado, o da tradição gramatical”. Nesse sentido, a gramática de Bechara assume-se tanto em caráter consultivo, a serviço dos espaços educacionais, quanto linguístico, ao partir de um novo lugar de fala (ibid., p. 240), correspondendo, portanto, à demanda de ambos os espaços nos estudos gramaticais do português brasileiro.

A obra é dedicada à memória de Said Ali, chamado *mestre e amigo*, que, como dissemos, fortemente influenciou a trajetória e a obra de Bechara – não diferente nesta edição da MGP. Ao longo da obra, as ideias de Said Ali são retomadas e, ainda no prefácio, o autor afirma:

A **orientação científica** por que se norteia esta nossa *Moderna Gramática* não seria possível sem a lição dos mestres (seria ocioso citá-los) que, dentro e fora do Brasil, tanto têm feito pelo desenvolvimento da disciplina. Devemos-lhes o que de melhor os leitores encontrarem neste livro, e a eles, em cada citação, prestamos sincera homenagem. Elegemos, entre eles, um dos mais ilustres para dedicar-lhe o nosso trabalho de hoje: **aquêle que para nós nos é tão caro pelo muito que contribuiu para nossa formação lingüística: M. Said Ali** (MGP, 1961, p. 22) [grifos nossos].

Essa “orientação científica” da gramática normativa (ou simplesmente *gramática*, como acentua) seria, então, advinda das considerações de estudiosos da língua no período dito científico, com especial destaque a Said Ali. Paralelamente, ao descrever o objeto de estudo da “Gramática”, o autor destaca: “Cabe [...] registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se *pode falar e escrever bem* uma língua” (ibid., p. 25) [grifos do autor]. Assim, sendo “organizada num determinado campo do saber a partir da especificação de investimentos e de procedimentos científicos” ao mesmo tempo em que “se reporta à estética do bem falar e escrever” (VIEIRA, 2015, p. 221), colocando-se, curiosamente, num paralelo entre *ciência* e *arte*. Estas e outras questões corroboram para a legitimação da MGP (1961) enquanto obra de referência.

²⁶ Optamos por manter, ao longo desta seção, a ortografia original da edição de 1961.

De fato, a este reconhecimento da gramática enquanto instrumento científico e estético, associa-se diretamente a concepção de língua. Costa (2012) esclarece que a MGP (1961) tem-na enquanto objeto apartado do sujeito, o qual, por esta razão, pode vir a intervir sobre ela.

Segundo Vieira (2015, p. 221-222), tal concepção “sustenta um imaginário de língua homogênea e possibilita a ideia da unidade linguística luso-brasileira”. Apresenta a língua nas modalidades falada, escrita e literária, e, ainda de acordo com Vieira (2015), tais designações apontam à padronização de uma “língua geral” em sobreposição à “língua regional”, e a norma daí provinda não pode ser alcançada por aqueles que não dominem a cultura escrita. “Ao falante que não sabe a escrita nem a norma imposta pela gramática, é negado o direito à própria língua” (ibid., 2015, p. 222).

Além do *Prefácio* e da *Introdução*, onde são discutidas estas e outras questões acerca da língua e da gramática, a obra é composta por sete partes principais, respectivamente destinadas ao estudo de: I. *Fonética e fonêmica*; II. *Morfologia*; III. *Sintaxe*; IV. *Pontuação*; V. *Semântica*; VI. *Noções elementares de estilística*; VII. *Noções elementares de versificação*. Por fim, temos o *Apêndice*.

Nessa estruturação, encontramos, na terceira parte, especificamente em *Sintaxe de classes de palavras*, uma seção destinada à *Colocação*, na qual se localiza especificamente a subseção de colocação pronominal – na terminologia adotada pela MGP (1961), a *Colocação de pronomes átonos* –, entre as páginas 398 e 403.

4.2. Aspectos gerais da edição de 1999

Após trinta e seis edições e mínimas alterações, em 1999, Evanildo Bechara publica a 37ª edição da MGP, na qual encontramos diferenças significativas em relação à primeira.

Esta edição foi elaborada em um período dos estudos linguísticos no Brasil em que tanto a Linguística quanto a NGB estavam instituídas e instauradas no imaginário geral, e isto significa, de acordo com Orlandi (2002 *apud* COSTA, 2017, p. 155-156), que “também já se encontravam instituídos (e distintos) os lugares do gramático e do linguista, bem como as práticas discursivas e os saberes a esses lugares filiados”.

Segundo Costa (2017, p. 167), assim como ocorre na edição de 1961, a MGP de 1999 passa por “um atravessamento entre saberes filiados ao lugar do gramático (‘orientação normativa’) e ao do linguista (‘plano teórico da descrição’), lugares estes que [...] nas condições de produção em que foi (re)formulada a 37.ª edição ganham novos

contornos”. A dita cientificidade no tratamento da língua é, novamente, utilizada como justificativa a esse atravessamento, e este “é corroborado pela citação, não só no prefácio, mas também na dedicatória, de determinados nomes de autores” (ibid., id.).

De fato, além da memória a Said Ali, *mestre e amigo*, a dedicatória da 37ª edição traz como referência os linguistas Eugenio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr., *também mestres e amigos*, a cujas lições diz Bechara ter ido colher “o que de melhor existe nessa nova edição” (MGP, 1999, p. 5).

No prefácio desta nova edição, o autor afirma se tratar este de um novo livro.

Difilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento: atualização no plano teórico da descrição do idioma, e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa, entre os quais cabe menção honrosa a Mário Barreto e Epifânio Dias (MGP, 1999, p. 19) [grifo nosso].

Este novo livro, então, foi amadurecido e enriquecido pela “leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores” (MGP, 1999, p.19). Destina-se, à semelhança da primeira edição, aos “colegas de magistério, aos alunos e ao público estudioso de língua portuguesa”, mas possui um caráter mais denso, além de maior dimensão: a *Introdução*, que na edição de 1961 contava com apenas 4 páginas, agora apresenta-se em 33, onde o autor aborda diversos conteúdos, internos e externos à língua portuguesa. De acordo com Costa (2017), apesar da não explicitação acerca dos espaços de circulação e uso da MGP (1999), esta se destinaria especialmente ao ensino superior, num distanciamento em relação à edição de 1961, e acreditamos que, além de sua dita cientificidade (que já figurava na primeira edição) uma das características que denotam esse direcionamento seja justamente a densidade que se lhe imprimiu.

Quanto à abordagem gramatical, o autor posiciona a MGP de 1999 num eixo científico de descrição sincrônica, ao mesmo tempo em que se afirma detentor de uma “visão sadia da gramática normativa” (p. 20). Não podemos separar a função pedagógica e a científica, em se tratando desta edição, mesmo havendo distinção entre os lugares do gramático e do linguista. Como afirma Costa (2017, p. 168):

Se na 1ª edição, a função pedagógica voltada para o ensino escolar comparecia aliada à função científica, na 37.ª edição essa aliança se mantém, como podemos depreender a partir do efeito-leitor projetado em seu prefácio – ‘colegas do

magistério', retomado posteriormente como 'colegas de magistério e pesquisa', 'alunos' e 'público estudioso de língua portuguesa' –, porém de forma distinta, uma vez que a função pedagógica do compêndio volta-se agora para o ensino universitário.

Temos, nesse sentido, que o autor objetivou realizar um trabalho que aliasse a descrição sincrônica a uma nova perspectiva sobre a gramática normativa, “livre da rígida prescrição tradicional, ao mesmo tempo que pretende evidenciar os objetivos distintos das duas disciplinas” (PALMA; MENDES, 2008, p. 164). Entretanto, de acordo com Palma e Mendes (2008), uma análise minuciosa desse instrumento gramatical evidencia a ocorrência de usos não correntes no atual português brasileiro, mas sim provenientes do século XIX; e isso vai de encontro à perspectiva sincrônica, a qual o autor se diz filiar.

Ora, se a língua sobre a qual o autor se diz debruçar corresponde “à língua em um dado momento do seu percurso histórico, ‘sincronizada’ sempre com seus falantes, e considerada no seu funcionamento no falar como descrição sistemática e estrutural de um só sistema linguístico” (MGP, 1999, p. 40), ressoa o seguinte questionamento, também levantado por Palma e Mendes (2008): qual é a função de serem adotadas normas linguísticas do português brasileiro do século XIX em uma gramática de natureza sincrônica elaborada na última década século XX? Elaborada, sim, tendo em vista que o autor, como vimos, ressignifica a 37ª edição enquanto uma nova obra.

Conforme as autoras apontam,

Continua [...] na nova edição a escolha de autores muito distantes no tempo, com usos de linguagem desconhecidos dos usuários atuais do português, logo sem sincronização com eles, fato que, de certa forma, contradiz o pensamento de Coseriu. [...] Também são esquecidas outras manifestações cultas da língua como, por exemplo, aquela usada pela mídia impressa, que pode expressar, de forma mais clara, a sincronização dos usuários com a língua, embora não seja a manifestação verbal tradicionalmente endossada pela gramática normativa (PALMA; MENDES, 2008, p. 164-165).

Nesse sentido, há uma clara contradição na postura do professor Bechara em relação ao que se diz propor em sua gramática, ao aderir a certas concepções da teoria e, na prática, seguir o caminho inverso. Apesar dessa contradição, Palma e Mendes (2008) destacam que os tópicos tratados na gramática passaram por aprofundamento teórico, adquirindo uma consistente base linguística. Coerentes ao espírito de seu tempo, as edições anteriores da obra de Bechara revelam ideias linguísticas típicas do estruturalismo, enquanto a versão mais recente apresenta influências das concepções funcionais da linguagem e da Linguística de Texto, para além da fundamentação em princípios estruturalistas e gerativistas.

Vieira (2015) aponta a MGP de 1999 num movimento de afastamento em relação ao PTG, por considerar a mudança linguística como aspecto constitutivo da língua, valorizar a língua em uso e sua funcionalidade, e relacionar o nível gramatical e o textual. No entanto, ainda conforme o autor, continua sendo uma gramática *do português*, e não do português do Brasil ou do português brasileiro, filiada à tradição gramatical greco-romana e luso-brasileira, bem como à NGB.

Contrastando esta à primeira edição, também encontramos diferenças estruturais. Em seguida aos prefácios à 37^a e à 1^a edições, aparece a *Introdução*, consideravelmente expandida, e na qual diversas questões históricas são apresentadas ao leitor, reiterando os princípios que fundamentariam a análise da obra e afirmariam seu cientificismo. Nesta “nova” edição, o autor apresenta uma *Breve história externa da língua portuguesa*, seguido de considerações sobre *Teoria gramatical*, e, ainda, aprofunda-se em seis tópicos: A) *Linguagem: suas dimensões universais*; B) *Planos e níveis da linguagem como atividade cultural*; C) *Língua histórica e língua funcional*; D) *Sistema, norma, fala e tipo linguístico*; E) *Propriedades dos estratos de estruturação gramatical*; e F) *Dialeto – Língua comum – Língua exemplar. Correção e exemplaridade. Gramáticas científicas e gramática normativa. Divisões da gramática e disciplinas afins. Linguística do texto*.

As partes principais da obra, aquelas destinadas à análise da língua “sincrônica”, foram reduzidas a cinco: I. *Fonética e fonêmica*; II. *Gramática descritiva e normativa: as unidades do enunciado*; III. *Pontuação*; IV. *Noções elementares de estilística*; e V. *Noções elementares de versificação*. Por fim, temos *Abreviaturas de autores e obras citadas* e um *Índice de assuntos*.

Nessa nova estrutura, encontraremos a colocação pronominal na segunda parte, *Gramática descritiva e normativa: as unidades do enunciado*, a qual tem como terceiro tópico a *Estrutura do enunciado ou período: A oração e a frase*, na qual se configura a seção de *Colocação* e, nesta, a subseção que aborda especificamente a *Colocação de pronomes pessoais átonos* – em continuidade à primeira edição e a tradição da NGB. Localiza-se entre as páginas 584 e 591.

Diante dos apontamentos realizados, examinaremos, na seção a seguir, a abordagem do fenômeno sintático *colocação pronominal* na MGP, recorte principal deste trabalho. Traçaremos um paralelo entre os tratamentos concedidos a esse fenômeno nas duas edições (1961 e 1999), observando os movimentos de continuidade e descontinuidade realizados. Convém considerarmos todas as questões relacionadas ao parâmetro externo,

abordado no capítulo 3, e aos principais aspectos internos de cada um dos instrumentos gramaticais em questão, apontados neste capítulo, até o presente momento.

Para fins didáticos, ao nos referirmos individualmente às edições da *Moderna Gramática Portuguesa* em análise – a 1ª, de 1961, e a 37ª, de 1999 –, utilizaremos as siglas MGP-61 e MGP-99.

4.3. A colocação pronominal em foco: (des)continuidades?

O primeiro fato que nos chama a atenção, ao compararmos a subseção que se dedica à colocação pronominal nas duas edições da MGP (1961 e 1999), é que, após quase quatro décadas e relevantes alterações estruturais e teóricas, pouco foi alterado entre os textos de uma e de outra: precisamente, oito partes da 37ª edição foram modificadas, contendo o acréscimo de cinco informações, duas subtrações de conteúdo, e uma substituição do termo *vocábulos* por *palavras*. Exceto por questões ortográficas, a grande maioria das ideias permanece a mesma: os comentários, as prescrições (o que deve ser feito) e proscricções (o que não deve ser feito), os exemplos, o ideário da colocação pronominal na língua portuguesa. Observaremos estas questões adiante.

Como vimos em momentos anteriores deste estudo, tanto a MGP-61 quanto a MGP-99 retomam a NGB como referencial terminológico. O fenômeno sintático em pauta é, aqui, denominado *colocação dos pronomes pessoais átonos*, e o autor afirma que esses pronomes podem assumir, em relação ao vocábulo tônico, posicionamento posterior, anterior ou interposto, respectivamente classificados como *ênclise*, *próclise* e *mesóclise*. Em geral, as categorias linguístico-gramaticais utilizadas associam-se diretamente à Nomenclatura.

A primeira parte da subseção que trata da questão da colocação pronominal é intitulada, nas duas edições, *Colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o é questão de fonética sintática*. Bechara (1961 e 1999) inicia com uma breve retomada desse fenômeno que, conforme afirma, durante muito tempo foi considerado apenas a partir de seu aspecto sintático. “Graças a notáveis pesquisadores, e principalmente Said Ali”, diz o autor, “passou-se a considerar o assunto pelo aspecto **fonético**” (MPG, 1961, p. 398) [grifo nosso]. Aqui, temos uma das diferenças entre a MGP-61 e a MGP-99: a segunda aponta o aspecto *fonético-sintático*, e não apenas *fonético*, como basilar à compreensão e abordagem da colocação pronominal.

Essa estreita relação da colocação pronominal com o aspecto fonético que Bechara destaca como substancial nos permite compreender a razão de referir-se à colocação dos *pronomes átonos* em relação ao *vocábulo tônico* – e não ao *verbo*, como comumente é proposto nas gramáticas e como, de fato, ao longo da subseção, o autor coloca. Na primeira edição, vemos o aspecto fonético em destaque, em detrimento do sintático, apesar de o próprio título dessa primeira parte retratar uma articulação entre fonética e sintaxe como regente do fenômeno da colocação. Apenas na 37ª edição essa articulação fica explicitada no corpo do parágrafo.

Ao referenciar os estudos feitos pelos “notáveis pesquisadores”, estudiosos da língua, dentre os quais o autor considera digno de destaque M. Said Ali, a retórica utilizada por Bechara (1961 e 1999) para informar que a questão da colocação pronominal ultrapassa o aspecto sintático confere ao saber introduzido um caráter não apenas de novidade nos estudos da língua, mas de descoberta, de fato, que veio a modificar toda a abordagem da colocação pronominal:

Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano (MGP, 1999, p. 587).

Este trecho inicial corrobora, então, com a perspectiva de que a MGP (1961 e 1999) se trata de um instrumento de caráter científico, e ratifica a autoridade da obra, uma vez que a norma apresentada partiria dos estudos modernos e das concepções de diversos estudiosos da língua. Além disso, implicitamente remete à especificidade do português brasileiro, tendo em vista que o autor especifica uma inadequação das regras anteriormente dispostas por se aplicarem “em especial atenção ao falar lusitano”.

Relacionada a isso, outra questão que destacamos é a *urgência* que o autor afirma haver, nas duas edições analisadas, em desfazer-se a ideia de inferioridade da norma brasileira à lusitana/clássica, respaldando essa posição a partir do que propôs Said Ali. Vejamos:

É urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam, porque:
“a pronúncia brasileira diversifica da lusitana; daí resulta que a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincide perfeitamente com a do falar dos portugueses” [SA.2, 279] (MGP, 1999, p. 587) [grifos do autor].

Isso reflete a perspectiva que se tem sobre a existência do português brasileiro desde o final do século XIX e início do século XX: primeiro, no distanciamento do Brasil,

agora *nação*, de Portugal, que afetou a questão da língua nacional; segundo, que a normatização da nossa língua assumiu, ao longo do século, um caráter prescritivista que censurava suas particularidades. Essa retórica de teor emancipatório, como vimos, apresenta-se tanto na MGP-61 como na MGP-99, mas apenas em caráter de retórica: pouco modifica, realmente, o fazer gramatical de Bechara em relação à colocação pronominal.

No que diz respeito à análise gramatical, a orientação estilística, que corresponde à *arte*, é posta em evidência. Nos deparamos explicitamente com o caráter normativo da MGP (1961 e 1999), que apresenta uma série de regras específicas e exceções, além de comentários tecidos pelo autor em função da normatização da língua. Em caráter de regra geral, o único ponto que poderíamos destacar seria o posicionamento do pronome átono que, conforme apontamos anteriormente, pode ser disposto em *próclise*, *ênclise* ou *mesóclise* ao vocábulo tônico.

A segunda parte da subseção, intitulada *Critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o*, aborda esse fenômeno sintático em dois tópicos: *Em relação a um só verbo*; e *Em relação a uma locução verbal*. Ainda que não o faça explicitamente no início de sua abordagem, ao longo do capítulo, o autor se refere a esses critérios como *princípios* (ver, por exemplo, os itens *a* e *b* do segundo tópico). Princípios de quê, afinal? Do bem falar e bem escrever, uma vez que este é o propósito da Gramática. De toda forma, fica implícito à abordagem se tratar de regras, uma vez que é apontado o que não se deve fazer (proscições) e, em seguida, exemplifica-se com o que deve ser feito (prescrições). As possibilidades são limitadas, portanto, aos exemplos. Mesmo as particularidades brasileiras expostas são apresentadas em subserviência à “Gramática”, como G maiúsculo, entidade autônoma aos sujeitos e a seus usos.

Grande parte das informações dispostas na MGP-61, reafirmamos, é reproduzida na MGP-99. Sistematizamos os critérios para colocação dos pronomes átonos e do demonstrativo *o* em dois quadros, que abarcam, respectivamente, as regras específicas e as exceções. Ambos contam com uma sobreposição das informações dispostas nas duas edições, com destaque aos ajustes realizados na MGP-99. Analisemos cada quadro em particular.

Quadro 1 – Critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo *o*: regras específicas

REGRAS ESPECÍFICAS			
EM RELAÇÃO A UM SÓ VERBO	▪ Não se inicia <i>período</i> com PA : “Sentei-me, enquanto Virgília, calada, fazia estalar as unhas” – Machado de Assis (exemplo de colocação considerada adequada: E).		
	▪ Não se coloca E em:	Verbo flexionado em oração subordinada: “Se <i>a</i> visse, iria logo pedi-la ao pai” – Machado de Assis (exemplo de colocação considerada adequada: P).	
		Verbo modificado diretamente por advérbio (sem pausa entre os dois, indicada ou não por vírgula): “Sempre <i>me</i> recebiam bem” – O autor (exemplo de colocação considerada adequada: P).	
		Verbo precedido de palavra de sentido negativo: “Não <i>me</i> parece; acho os versos perfeitos” – Machado de Assis (exemplo de colocação considerada adequada: P).	
		Verbo no futuro do presente ou do pretérito (colocação adequada: P ou M).	
	Verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa: “Quantos <i>lhes</i> dá?” – Machado de Assis (exemplo de colocação considerada adequada: P)		
	▪ Em relação a verbos modificados por advérbio com pausa, a colocação do PA pode ser em P ou E : “Ele esteve alguns instantes de pé, a olhar para mim; depois estendeu-me a mão com um gesto comovido” – Machado de Assis.		
▪ Não se coloca M em relação a verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa: “Quantos <i>lhes</i> dá?” – Machado de Assis (exemplo de colocação considerada adequada: P).			
▪ Em relação a verbos no futuro do presente ou do pretérito, coloca-se em P ou M : “Teodomiro <i>recordar-se-á</i> ainda de qual foi o desfecho do amor e Eurico...” – Alexandre Herculano.			
EM RELAÇÃO A UMA LOCUÇÃO VERBAL	▪ Em relação a <i>Verbo Auxiliar + Infinitivo, Gerúndio</i> ou <i>Particípio</i> :	P e E (ligada por hífen) ao verbo auxiliar: “Eu <i>lhe</i> quero falar”; “Eu quero- <i>lhe</i> falar” – O autor; “(...) e a conversação de Adrião <i>foi-a</i> lentamente acostumado à sua presença” – Eça de Queirós.	
		E (ligada por hífen) ao verbo no Infinitivo ou no Gerúndio: “Eu quero falar- <i>lhe</i> ”; “Eu estou falando- <i>lhe</i> (mais raro)” – O autor.	
		Jamais se coloca E ao particípio.	
		Especificidade Brasileira:	P (sem o uso de hífen) ao Infinitivo, Gerúndio ou Particípio: “Eu quero <i>lhe</i> falar”; “Eu estou <i>lhe</i> falando” – O autor.
	▪ Posições fixas:	P ao gerúndio precedido da preposição <i>em</i> : “Ninguém, desde que entrou, <i>em</i> <i>lhe</i> chegando o turno, se conseguirá evadir à saída” – Rui Barbosa.	
P às orações exclamativas e optativas, com o verbo no subjuntivo e o sujeito anteposto ao verbo: “Bons ventos <i>o</i> levem!” – O autor.			

Legenda: Pronome Átono (PA); Próclise (P); Mesóclise (M); Ênclise (E); Ajuste da edição de 1999 (em azul).

Fonte: A autora, 2018.

Analisando o Quadro 1, fica clara a continuidade estabelecida na edição de 1999 em relação à de 1961. Apenas uma informação foi modificada, sendo as demais mantidas aos moldes da primeira edição, salvos os ajustes ortográficos.

O autor não apresenta razões para que a prescrição dessas regras ocorra desta e não de outra maneira. Na verdade, sua preocupação não reside em demonstrar ao leitor da gramática o funcionamento da língua, mas em normatizá-la, sistematizar as regras do *bem falar e escrever* a língua portuguesa. Isto pode ser evidenciado, por exemplo, no fato de que boa parte desses apontamentos é regido pelo que *não* deve ser feito: o autor informa sob quais condições *não se pode* dispor a colocação dos pronomes, e em seguida apresenta exemplos de como proceder.

Aliás, precisamos comentar sobre a natureza dos exemplos. Os leitores não encontrarão, em nenhuma das edições da MGP, a abordagem da colocação pronominal sob o prisma de pesquisas realizadas pelo autor sobre a língua escrita ou falada contemporânea, ou mesmo pesquisas realizadas por outros autores. A existência de pesquisadores de língua que se debruçam sobre a questão da colocação pronominal, a exemplo de Said Ali, é referenciada, mas não pesquisas, de fato, sobre a língua em uso. Os textos utilizados por Bechara tanto na MGP-61 quanto na MGP-99 na exemplificação do “ideal” de língua provêm de autores como Machado de Assis (1839-1908), Eça de Queirós (1845-1900) e Alexandre Herculano (1810-1877), literatos do passado. De fato, os únicos exemplos não extraídos do passado são frases curtas, intuídas pelo próprio autor no esteio da tradição.

No que se refere à MGP-61, o fato de tais autores serem tomados como exemplo do ideal de língua faz jus à atmosfera intelectual normativo-filológica instaurada na primeira metade do século, em que, apesar dos estudos que demonstram a mudança da língua ao longo da História, essa mudança era vista como degradação da língua. Mas em relação à MGP-99, a repetição desses exemplos confere ao autor um caráter contraditório à própria proposta de edição em sincronia à língua. E Bechara (1999), de fato, limita-se a eles, não introduzindo textos de produção contemporânea à edição.

Observarmos, nos exemplos apresentados, que a próclise poderia ser apontada como regra geral, apesar de o autor não fazer menção a isso. À exceção do início de período, a anteposição é apresentada, em sua maioria, como o que seria considerado ideal, seja em contraponto ao que não se deve fazer, seja em relação ao que, de fato, se orienta acerca da próclise. No entanto, ao invés de discutir essas questões relacionadas à norma da colocação pronominal, a abordagem da MGP no tratamento a esse fenômeno sintático é

disposta, majoritariamente, em função de proscricções e prescrições. Não há, aí, reflexões ou fatores que apontem à colocação nesta ou naquela posição em relação ao *vocabulo tônico*, mas o puro direcionamento de como se deve proceder – visando, reafirmamos, o *bem falar e bem escrever*.

A regra específica ajustada na edição de 1999, que corresponde ao uso da ênclise, ligada por hífen, a verbos no gerúndio ou infinitivo, na verdade também consta, indiretamente, na MGP de 1961: os exemplos que aparecem na 37ª edição constam, na primeira edição, como parte da regra de colocação em ênclise ao verbo auxiliar, ligado por hífen. Ao tomarmos uma edição interposta à publicação das gramáticas selecionadas (a 28ª edição, de 1982) como parâmetro para observação dessa questão, nos deparamos com o mesmo tratamento a este tópico que consta na edição de 1961: duas décadas depois, essa configuração permaneceu a mesma.

Frisamos, portanto, que a única modificação realizada nas regras específicas da colocação pronominal é, na verdade, apenas um reajuste estrutural da mesma prescrição. Acrescentou-se como um novo princípio, mas apenas repara o que já constava desde o início. Não bastasse isso, é uma regra que pouco se aplica à realidade do português brasileiro: “Eu quero falar-*lhe*”; “Eu estou falando-*lhe* (mais raro)”. Como podemos observar, o próprio autor explicita que esta marca no gerúndio, ainda que presente na língua portuguesa, se dá de forma *mais* rara – o que, podemos inferir, acrescenta também à regra do infinitivo certo teor de raridade.

Retomemos, agora, a questão da realidade linguística do Brasil e sua padronização. Vemos, na primeira observação que se segue à modificação anteriormente apontada, que a particularidade do português brasileiro é apresentada no uso da próclise, sem o uso de hífen, em relação ao verbo principal das locuções verbais (“Eu quero *lhe* falar”, “Eu estou *lhe* falando”). É curioso o fato de que a norma brasileira é posta como observação, enquanto uma forma considerada pelo próprio autor enquanto rara é posta como regra. Este é um fator importante de ser observado, tendo em vista que a gramática, enquanto norma, estabelece o padrão ideal da língua e orienta pedagogicamente os leitores – professores, alunos, estudiosos – ao conhecimento dessa “língua geral” padronizada: a norma apresentada por Bechara, da primeira à mais recente edição, tem o português brasileiro enquanto *uma* especificidade, variedade digna de nota, e não base à normatização da língua nacional.

De onde, afinal, partem as concepções e propostas do professor Evanildo Bechara para a padronização do português no Brasil? Ora, a resposta nos parece clara: da tradição gramatical normativa. O próprio autor, como vimos, situa sua obra em continuidade à tradição, apesar de simultaneamente declarar-se em uma tentativa de distanciamento da mesma. Aliás, todas as vezes que relaciona as particularidades brasileiras, o autor apresenta, em contraste, a opinião da “Gramática”, enquanto entidade abstrata, dizendo que esta as condena, seja o seu próprio posicionamento contrário ou favorável a essa doutrina.

Destacamos, ainda com relação à tradição gramatical, que a abordagem da colocação pronominal também congrega evidências relacionadas aos dois posicionamentos na postura autoral de Bechara (1961 e 1999), em reforço às ideias advindas da doutrina gramatical tradicional e, ao mesmo tempo, em distanciamento dela. Vejamos o primeiro caso:

Quando se trata de orações subordinadas coordenadas entre si, às vezes ocorre a ênclise do pronome átono na segunda oração subordinada. Também quando na subordinada se intercalam palavras ou oração, exigindo uma pausa antes do verbo, o pronome pode vir enclítico [...]. **Em todos estes e outros casos que se poderiam lembrar, a ação dos gramáticos se tem dirigido para a obediência ao critério exposto, considerando esporádicos e não dignos de imitação os exemplos que dele se afastam.** (MGP, 1999, p. 588-589) [grifos nossos].

Ficam evidentes, nesse excerto, que se encontra também na edição de 1961 (p. 400), censuras à não adoção das prescrições dispostas. E apesar do suposto apagamento gerado pela não explicitação de uma opinião pessoal, Bechara acaba por se colocar, a partir do silêncio, consoante a tal posicionamento. Dada sua omissão, a ação dos gramáticos em considerar “esporádicos e não dignos de imitação” os exemplos que se distanciem do prescrito toma a palavra final.

Em um segundo caso, podemos observar a seguinte afirmação de Bechara: “**A Gramática clássica, com certo exagero**, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo está precedido de preposição [...]” (MGP, 1999, p. 590) [grifo nosso]. A mesma afirmação pode ser encontrada na MGP-61 (p. 401). O fato de, agora explicitamente, o autor marcar como exagero esse posicionamento da “Gramática” em relação à ocorrência da próclise sem hífen entre brasileiros demonstra uma tentativa de distanciamento em relação à tradição e, ainda, evidencia o olhar sobre alguns dos aspectos sincrônicos da realidade linguística brasileira. Esse juízo de valor acaba por, de certa maneira, autorizar os leitores a compreenderem que nem tudo o que a “Gramática” prescreve é “justo”. Apesar disso, a “Gramática clássica” é que parece ter a

palavra final, dado que tais informações são postas em caráter de observação, e não centrais à norma.

Com relação às exceções, observemos o quadro a seguir:

Quadro 2 – Critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo *o*: exceções

	REGRA ESPECÍFICA	EXCEÇÕES
EM RELAÇÃO A UM SÓ VERBO	Em relação ao início do período com PA:	<ul style="list-style-type: none"> Se o critério adotado for de <i>oração</i>, a posição inicial é aceita em intercalada de citação: “Não! <i>vos</i> digo eu!” – Alexandre Herculano.
		<ul style="list-style-type: none"> Em orações cristalizadas de cunho <i>popular</i> aparece o pronome em início de período: “<i>T’esconjuro!</i>... sai, diabo!...” – Machado de Assis.
	Em relação à E ao verbo flexionado em oração subordinada:	<ul style="list-style-type: none"> Em orações subordinadas coordenadas entre si, às vezes coloca-se E na segunda oração subordinada. Quando na oração subordinada se intercalam vocábulos⁽ⁱ⁾ ou oração, exigindo uma pausa antes do verbo, coloca-se E: “Mas a primeira parte se trocou por intervenção do tio Cosme, que, ao ver a criança, <i>disse-lhe</i> entre outros carinhos...” – Machado de Assis.
EM RELAÇÃO A UMA LOCUÇÃO VERBAL	Em relação a <i>Verbo Auxiliar + Infinitivo</i> :	<ul style="list-style-type: none"> Podem-se negar as formas em E ao verbo auxiliar (ligado por hífen): “Eu não quero falar-<i>lhe</i>”; “Espero que não queira falar-<i>lhe</i>” – O autor.
		<ul style="list-style-type: none"> Podem-se negar as formas em E ao verbo principal (ligado por hífen).

(i) Este termo é utilizado na edição de 1961; na de 1999, consta *palavras*.

Legenda: Pronome Átono (PA); Ênclise (E); Ajuste da edição de 1999 (em azul).

Fonte: A autora, 2018.

Aqui, da mesma forma que no Quadro 1, a diferença entre a MGP-61 e a MGP-99 se dá apenas no ajuste de uma informação (em azul). E sendo esta regra diretamente relacionada ao reparo feito anteriormente, também não pode ser considerada como acréscimo.

A partir da abordagem, na MGP-61, dessa negação das formas em ênclise ao verbo (auxiliar ou infinitivo) na locução verbal, podemos vislumbrar uma razão para o ajuste feito na MGP-99: “Com o infinitivo **podem-se contrariar os princípios 2.º e 3.º** anteriormente formulados” (MGP, 1961, p. 402) [grifo nosso]. Ao retornarmos às páginas anteriores, não encontramos princípios 2º e 3º a não ser nas regras específicas, e estes não

se relacionam ao que está disposto na exceção em análise: o primeiro afirma que “Não se pospõe, em geral, pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada” (ibid., p. 400); e o segundo, que “Não se pospõe pronome átono a verbo modificado diretamente por advérbio [...] ou precedido de palavra de sentido negativo” (ibid., id.).

A que o autor se refere, pois, ao apontar os princípios 2º e 3º? A única explicação que nos parece plausível é, justamente, a de que a ênclise ao auxiliar, que corresponde ao segundo princípio da colocação em relação a uma locução verbal, na MGP-61, comportaria o terceiro princípio. Isto se evidencia, também, pelo fato de que os dois exemplos trazidos na MGP-99 sobre a ênclise ao verbo principal foram realocados desse segundo princípio, como podemos ver no Quadro 3:

Quadro 3 - Colocação dos pronomes pessoais átonos em relação a uma locução com verbos no *infinitivo* ou no *gerúndio*

MGP-61	MGP-99
1. Proclítico ao auxiliar: Eu <i>lhe</i> quero falar. Eu <i>lhe</i> estou falando.	1. Proclítico ao auxiliar: Eu <i>lhe</i> quero falar. Eu <i>lhe</i> estou falando.
2. Enclítico ao auxiliar (ligado por hífen): Eu quero- <i>lhe</i> falar. Eu estou- <i>lhe</i> falando. Eu quero falar- <i>lhe</i> . Eu estou falando- <i>lhe</i> (mais raro).	2. Enclítico ao auxiliar (ligado por hífen): Eu quero- <i>lhe</i> falar. Eu estou- <i>lhe</i> falando.
—	3. Enclítico ao verbo principal (ligado por hífen): Eu quero falar- <i>lhe</i> . Eu estou falando- <i>lhe</i> (mais raro).

Fonte: A autora, 2018.

A 28ª edição da MGP (1982), como afirmamos anteriormente, apresenta o tratamento dessa questão da mesma forma que a MGP-61. A “consciente atualização e enriquecimento” (1999, p. 19) por que passa a MGP-99, então, no que diz respeito à norma da colocação pronominal, apenas reorganiza informações que já constavam desde sua primeira edição. Podemos concluir, portanto, que o tratamento ao fenômeno sintático em nada se modifica, realmente, nesse “novo livro”.

Com relação à abordagem dessas exceções, se nas regras específicas a maioria das questões foi abordada a partir do que *não se pode* fazer em matéria de colocação pronominal no português, estas seguem o sentido oposto: fornecem ao leitor outras possibilidades de estruturação gramatical permitidas pela norma. Entretanto, assim como as regras específicas carecem de justificativas, as exceções carecem de explicações: não

são apresentadas as condições em que tais casos podem acontecer, o que, de certa maneira, lhes imprime alguma arbitrariedade. Se o objetivo da MGP, seja a edição de 1961 ou de 1999, é apresentar a norma da língua portuguesa, e essa norma tem exceções de razão ou funcionamento não especificados, com base em que critério(s) os leitores definirão quando ou não fazer uso dessas exceções?

Uma terceira e última parte pode ser encontrada nesta subseção, intitulada *Explicação da colocação dos pronomes átonos no Brasil*. Ao longo desta, o autor apresenta argumentos que esclarecem algumas de suas diferenças em relação à norma lusitana/clássica. Das duas edições em análise, destacaremos, aqui, alguns pontos.

No parágrafo inicial da referida parte, temos, nas duas edições, a seguinte afirmação de Bechara: “Nos princípios anteriormente comentados, vimos certas **tendências brasileiras** que nem sempre a Gramática agasalha como dignas de imitação, **presa que está a um critério de autoridade que a linguística moderna pede seja revisto**” (1999, p. 591) [grifos nossos]. Neste trecho, o autor esclarece ao leitor que as normas amparadas pela “Gramática” não comportam na íntegra a realidade dos usos do português brasileiro. A afirmação de que a linguística moderna pede uma revisão dessa postura da “Gramática” denota o propósito da MGP em ser, além de *arte*, *ciência*.

Em seguida, Bechara transcreve um “lúcido resumo” de Martinz de Aguiar (1953), importante professor e filólogo cearense²⁷, em que o autor evidencia particularidades da variedade brasileira em relação à colocação proclítica ao particípio (“Aqueles *havam se-corrompido*”), à posterior aos futuros do presente e do pretérito (“*Poderá se-reduzir, poderia se-reduzir*”), à anteposição, em frases como “*vamos nos-encontrar*”, em relação à forma verbal pura, que por sua vez acarretou na forma “*vamo-nos encontrar*”.²⁸ No esteio dessa exposição, Bechara afirma, tanto na MGP-61, quanto na MGP-99: “Pelos mesmas condições variadíssimas é que no Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono **pode assumir** posição inicial de período” (1999, p. 591) [grifo nosso].

A partir das considerações de Martinz de Aguiar (1953) e de seu próprio acréscimo, assim, Evanildo Bechara dá espaço à variedade brasileira. Por um lado, esse movimento

²⁷ Antônio Martinz de Aguiar e Silva (1893-1974) é considerado o filólogo de maior importância do estado do Ceará, tendo ocupado a Cadeira 19 da Academia Cearense de Letras (ACL), além de ter sido membro do Instituto do Ceará e membro correspondente da Academia de Filologia do Rio de Janeiro. Estas e outras informações sobre o autor encontram-se disponíveis no site da ACL, através do endereço: <<http://www.academiacearensedeletas.org.br/membro.php?mem=156>>. Último acesso: 12 de junho de 2018.

²⁸ Martinz de Aguiar utiliza o hífen nos exemplos aqui apresentados com a função de demonstrar aos leitores as relações estabelecidas entre o pronome átono e os verbos da variedade do português brasileiro, e esclarece que estes não são marcados, de fato, na escrita.

final realizado pelo autor ratifica ao povo brasileiro a existência de diferenças entre a sua língua e aquela falada em Portugal. Ressaltamos, por outro lado, o que já anteriormente afirmamos: apesar do discurso em tom emancipador, a colocação pronominal do português proposta por Evanildo Bechara coloca as “tendências brasileiras” não em posição central, mas em adendo à normatização do português.

Encontramos, no último parágrafo na MGP-61, uma informação que foi retirada da edição de 1999: “Êste fenômeno, válido para a lingüística, **só por comodidade e inadvertência** se tem dado como um ‘êrro’ de gramática” (1961, p. 403) [grifo nosso]. O trecho em destaque põe em xeque o fato de considerar-se como *erro* uma característica que, na verdade, pertence à variedade brasileira. Por que razão, então, veio a ser excluída da versão de 1999?

A resposta a essa pergunta não é explicitada: a única modificação feita, nesta terceira parte, entre as edições de 1961 e 1999, é a eliminação do referido trecho. Seria reflexo de uma aceitação, por parte da gramática, da *tendência brasileira* em utilizar o pronome átono em posição inicial de período? Não nos parece ser esta a explicação. Afinal, sendo este o caso, não deveriam ser apresentadas como parte da norma, e não apenas como apêndice?

Nos salta aos olhos o fato de, em ambas as edições, o autor marcar a possibilidade desse uso *na linguagem coloquial brasileira*. Não apresenta estudos ou análises sobre o assunto: autoriza o uso dessa colocação em contextos coloquiais, a partir de que podemos inferir a prescrição de que, em contextos formais ou ideais, seja respeitada a regra proposta pela gramática. Diante disso, parece-nos plausível compreender a exclusão do trecho como reflexo do que, na edição 1961, foi advertido: em contextos coloquiais, o fenômeno pode se comportar dessa forma. Este adendo, portanto, assume um caráter de *exceção* à regra, cujo uso depende de fatores externos à própria normatização da língua.

Ao observarmos a subseção de colocação pronominal como um todo, nas duas edições da MGP, fica evidente a dupla posição no fazer gramatical de Bechara em meio ao conflito entre a gramática e a lingüística: de um lado, o autor sente a necessidade de expor as considerações e prescrições da “Gramática”; de outro, as da lingüística moderna. Assim, nesse movimento, o autor atesta as especificidades do português brasileiro, no esteio das discussões lingüísticas, e, no entanto, prescreve e proscree regras a partir da tradição gramatical normativa, concedendo à norma sincrônica do Brasil o lugar de apêndice e

privilegiando a “língua geral”, pautada nos literatos e na prescrição do passado. Estabelece, portanto, relações de descontinuidade e continuidade com a tradição filológico-normativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar a abordagem do fenômeno sintático “colocação pronominal” em duas edições da *Moderna Gramática Portuguesa*, de E. Bechara (1961 e 1999), e suas motivações e implicações no processo brasileiro de gramatização do português na segunda metade do século XX. Dentre as razões pelas quais optamos por nos debruçar sobre tal instrumento gramatical, destacamos a importância atribuída à obra desde a publicação de sua primeira edição, e o prestígio que tem o autor nos estudos gramaticais e filológicos brasileiros. Além disso, Bechara foi o único gramático brasileiro do século XX a ter a oportunidade de revisar pessoalmente a sua obra após o advento da virada linguística, o que nos garante um mesmo olhar sobre a língua e sua gramatização mediante as discussões advindas ao longo do século.

De natureza descritivo-interpretativa, esse estudo foi desenvolvido a partir das diretrizes apontadas no campo teórico-metodológico da Historiografia da Linguística, dentre as quais destacamos aqui o *Princípio de Contextualização*, o *Princípio de Imanência* e o *Princípio de Adequação*, conforme propostos por Koerner (1996). Nesse sentido, buscamos, em nossas leituras, colher informações que nos permitissem compreender a atmosfera intelectual historicamente situada do século XX, a qual envolve, particularmente nos estudos de língua e linguagem, os contextos da Filologia (e Dialektologia), da publicação da NGB (1959) e da virada linguística.

Guiou nossa pesquisa o seguinte questionamento: *Em que medida os climas de opinião que envolvem as duas edições, distantes entre si por quase quatro décadas, influenciaram a gramatização de Evanildo Bechara e, conseqüentemente, da segunda metade do século XX?* Para tanto, tomamos como recorte temático a questão da colocação pronominal que, de acordo com Gurgel (2008), teve grande importância em meio às discussões suscitadas no final do século XIX acerca da existência de uma língua do Brasil.

Como resultados, destacamos que, a despeito dos deslocamentos paradigmáticos nos estudos da língua decorridos ao longo do século XX, no que tange à abordagem da colocação pronominal, a MGP como um todo permanece em continuidade à tradição gramatical luso-brasileira e, portanto, ao PTG. Como um todo, porque a primeira edição foi basicamente reproduzida até a 36ª, sendo a 37ª responsável pela revisão, ampliação e atualização da obra; e o “novo livro”, que resulta das novas considerações do autor, pouco

sofre modificações, no tratamento do fenômeno sintático analisado, em relação às edições anteriores.

Apesar do movimento de descontinuidade em relação ao período filológico de fato estabelecido em determinados aspectos teóricos da 37ª edição da MGP – que, por exemplo, passou a considerar a língua e a metalinguagem em interação com o texto e suas demandas –, é clara a repercussão do viés normativo-prescritivo instaurado no fazer gramatical brasileiro do período filológico. A crítica levantada na virada linguística trouxe ao ensino e à abordagem da língua novas perspectivas e novas discussões; entretanto, a organização de instrumentos gramaticais em harmonia aos novos saberes e percepções, a exemplo dos objetos estudados, ainda deixa a desejar.

Nas duas edições da *Moderna Gramática Portuguesa* (1961 e 1999), a prescrição (o que *deve* ser feito), a proscrição (o que *não deve* ser feito) e os exemplos apresentados corroboram para o prestígio à norma lusitana/clássica, em detrimento da variedade brasileira, que aparece como exceção ou não digna de imitação. As prescrições e proscrições do autor, marcadas nas regras, nas exceções e nos comentários feitos sobre a colocação dos pronomes átonos, dialogam com a realidade linguística brasileira apenas até certo ponto. Priorizam a norma lusitana/clássica, concebendo a variedade brasileira em subserviência a esta. Assim, a despeito de suas diferenças, a abordagem da colocação pronominal reflete, nas duas edições, continuidades e descontinuidades em relação ao paradigma filológico-normativo.

Em meio a todas as mudanças decorridas no século XX, a trajetória e o propósito da gramatização parecem se relacionar muito mais à sua função político-normativa de que pedagógica, prática ou simbólica à identidade nacional. Dizem, muitos dos cidadãos brasileiros, não saber sua língua materna e nacional, e é interessante notarmos como esse tipo de posicionamento reflete as concepções oriundas do PTG, que estabelece não a padronização a partir da língua real, mas a submissão da língua real ao padrão elencado.

Uma grande problemática, cremos, surge no distanciamento entre os lugares do linguista e do gramático: é necessária a construção de espaços de diálogo entre o estudo científico e a abordagem pedagógica da língua e o retorno dado à sociedade. Na sociedade letrada, ainda mais no contexto mundial do século XXI, é de grande importância o estudo e a constituição da “língua geral” da nação, mas sem deixar de fora a heterogeneidade característica da língua real, e sem que sejam esmagadas outras variedades dessa língua. Nesse sentido, os passos dados por Bechara em direção à produção de um instrumento

tanto científico quanto normativo chega a ser louvável, apesar de não considerarmos sua conciliação entre essas duas vertentes ou o tratamento concedido ao fenômeno sintático analisado os mais proveitosos.

Reflexões acerca do português brasileiro têm surgido desde o final do século XIX, mas, nas últimas décadas é que tais discussões têm de fato ganhado força no meio acadêmico, em meio a questionamentos referentes à normatização, à constituição da língua, ao ensino de língua portuguesa no Brasil. De fato, iniciativas em busca da elaboração de novos instrumentos de gramatização, mediante as discussões sobre língua e linguagem da contemporaneidade, têm sido tomadas por linguistas brasileiros do século XXI – são as chamadas *Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português*, conforme apresenta Vieira (2015; 2016), ainda que com interesse mais investigativo do que pedagógico. Nesse espírito, nossa esperança é de que a abordagem da língua brasileira nos estudos da Linguística e no ensino, bem como no imaginário geral, alcance perspectivas mais significativas.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. **A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

_____. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. Dossiê: **Todas as Letras**. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 14-37, 2012.

AMORIM, M. S. NGP e NGB: uma comparação entre nomenclaturas. **Domínios de Lingu@gem**, UFU, v. 2, n. 2, 2008.

AQUINO, J. E. de. **O que há de materno na língua?** Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: UNICAMP, 2012.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BALDINI, L. J. S. **A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: UNICAMP/IEL, 1999.

BASTOS, N. Classes gramaticais: um tratamento historiográfico – século XX. **Limite**. n. 6, 2012, p. 237-258.

BATISTA, R. O. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 14. ed. Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968 [1961].

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. 28. ed. Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira e no último acordo ortográfico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982 [1961].

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1999].

BORGES NETO, J. **A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar**. Texto de conferência proferida no VIII Congresso da ABRALIN, Natal, RN, 02 fev. 2013. (mimeo)

_____. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura. **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012.

_____. **História da gramática**. 2018 (no prelo).

COELHO, O. F.; HACKEROTT, M. M. S. Historiografia da Linguística. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (Orgs.). **Ciências da Linguagem: o fazer científico?** Campinas: Mercado de Letras, 2012.

COSTA, T. de A. da. A gramática como lugar de materialização de dizeres sobre a língua: o caso do substantivo na 1.^a e na 37.^a edição da Moderna Gramática Portuguesa de

Evanildo Bechara. **Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, n. 53, p. 154-191, 2017.

_____. Cicatrizes: traços de discursos outros nas gramáticas pós-NGB. **Cadernos do CNLF**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 1532-1544, 2011.

_____. **Gramáticas pós-NGB: do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis**. Dissertação (Mestre em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, T. de A. da; MEDEIROS, V. G. Considerações sobre o gesto de autoria na Moderna Gramática Portuguesa (1961), de Evanildo Bechara. **Linguagem em Discurso** [online]. Santa Catarina, v. 15, n. 3, 2015.

FACCINA, R. L. S.; CASAGRANDE, N. S.; HANNA, V. L. H. Evanildo Bechara e a Moderna gramática portuguesa: Uma abordagem historiográfica. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Orgs.). **História entrelaçada, 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 139-156.

FIORIN, J. L. Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 33/34, 2º sem. 2007 / 1º sem. 2008, p. 53-68.

GURGEL, S. **O período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Federal de São Paulo. 2008, 142 p.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996.

_____. **Professing Linguistic Historiography**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1989.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1968 [1962].

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MORALIS, E. G. Evanildo Bechara: entre a tradição gramatical e a nova corrente moderna. **Sínteses**, São Paulo, v. 13, p. 227-247, 2008.

MOTA, N. A.; CERQUEIRA, I. B.; DE AZEVEDO, I. C. M. Gramatização do português brasileiro nos séculos XIX e XX e início do século XXI. **Entrepalavras**. Fortaleza, vol. 7, n. 2, p. 552-567, 2017.

MOURA NEVES, M. H. O legado grego na terminologia gramatical brasileira. **Alfa**. São Paulo, v. 55, n. 2, p. 641-664, 2011.

MULINACCI, R. Moderna gramática portuguesa: *habemus grammaticam?* In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 113-147.

MURRAY, S. **Theory groups and the study of language in North America**: a social history. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.

PALMA, D. V.; MENDES, M. F. A Moderna gramática portuguesa de Evanildo Bechara: Uma proposta lingüística para o século XXI. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Orgs.). **História entrelaçada, 3**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 157-182.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Revista Confluência**, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

_____. História e Historiografia da Linguística: *Status*, Modelos e Classificações. **Revista Eutomia**, ano III, v. 2, p. 1-17, 2010.

TRUJILLO, A. M. A gramatização como processo de preservação da linguagem. **Palimpsesto**, n. 11, p. 130-150, 2010.

VALLE, R. Evanildo Bechara e as fases históricas da língua portuguesa. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 33/34, 2º sem. 2007 / 1º sem. 2008, p. 77-83.

VIEIRA, F. E. **A Gramática Tradicional**: História Crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

_____. **Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português**: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

_____. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas?. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 19-69.